

# AMPLIAR E DESENVOLVER AS LUTAS DE MASSAS CONTRA A POLÍTICA ENTREGUISTA DO GOVERNO

## Agravamento da Situação Política

**OS ACONTECIMENTOS** se desenvolvem no sentido de um agravamento da situação política. Estão se aguçando com rapidez não só as contradições entre a minoria entreguista e as forças patrióticas, mas também entre os grupos políticos das classes dominantes. Tendo ingressado no caminho perigoso do entreguismo e da traição aos compromissos assumidos com o povo, o governo do sr. Kubitschek enfrenta uma situação cada vez mais difícil.

**DESPERTA** grande indignação em todos os patriotas a denúncia dos planos escusos tramados pelo governo, sob pressão dos trustes americanos, para quebrar o monopólio estatal do petróleo e sufocar silenciosamente a Petrobrás. O «caso Lacerda» não fortaleceu o governo, mas, ao contrário, contribuiu para debilitá-lo ainda mais com a séria derrota política que sofreu na Câmara. A opinião pública não aceitou esta agitação diversionista alimentada pela maioria governamental, no momento em que há problemas graves a serem decididos pelo Parlamento, como o inquérito sobre a política exterior, o exame do «ajuste» sobre Fernando de Noronha. Por outro lado, os potentes movimentos operários ultimamente desencadeados — dos ferroviários, dos marítimos, dos tranviários, dos têxteis — revelam que o governo não foi capaz de atender às reivindicações dos trabalhadores, nada fez de efetivo para combater a carestia e a inflação, descarrega sobre as massas o peso das dificuldades econômicas do país. Os fatos indicam que, ao entregar Fernando de Noronha aos militaristas norte-americanos, ao definir-se por uma política antinacional e antipopular, o governo do sr. Kubitschek passou a chocar-se frontalmente com as forças patrióticas e democráticas. Iniciado o desgaste de sua base política, o governo é abalado por conflitos internos, como o que levou à demissão do chefe de Polícia. Já se anuncia mesmo uma reforma do Ministério, como tentativa para contornar as dificuldades crescentes que assoberbam o governo.

**OS CIRCULOS** dirigentes da oposição, sobretudo da UDN, tratam de aproveitar-se desta situação para tomar a frente da luta contra o governo, para surgir como campeões da causa nacionalista, como defensores dos direitos constitucionais e até mesmo dos interesses dos trabalhadores.

**ASSISTIMOS**, então, a entreguistas notórios e confessos como Carlos Lacerda, posarem agora de partidários da Petrobrás contra as ameaças ao monopólio estatal. Pregoeiros contumazes do golpe e do «regime de exceção», são colocados pelo próprio governo na posição de defensores da Constituição, cujo artigo 44 garante a inviolabilidade do mandato parlamentar. Conhecidos há muito tempo pelo seu desprezo aos trabalhadores, os grupos dirigentes da UDN procuram aparecer como

amigos dos operários, combatendo o veto do sr. Kubitschek aos direitos dos ferroviários.

**E' EVIDENTE**, assim, que os grupos, pos da oposição buscam capitalizar em seu benefício o descontentamento popular contra a política entreguista e antidemocrática do governo. Essa posição leva a que importantes camadas sob sua influência, sobretudo da pequena-burguesia e da intelectualidade, sejam atraídas a uma participação ativa nas lutas patrióticas e democráticas.

**ESTAS CONTRADIÇÕES**, que se tornam cada vez mais profundas, serão solucionadas favoravelmente às forças patrióticas e democráticas se estas se organizarem e unirem para derrotar a política entreguista e antipopular do governo e, ao mesmo tempo, defender os direitos conquistados pelo povo.

**E' NECESSARIO** congregar todos os patriotas e democratas, das mais diversas filiações políticas, em ampla unidade de ação na defesa da soberania nacional e das liberdades democráticas. Os setores do governo ou dos partidos governamentais que se manifestarem dispostos a opôr-se à política entreguista dos srs. Kubitschek, Nereu Ramos e Macedo Soares, devem receber o apoio e o estímulo popular. A unidade de ação das forças patrióticas precisam ser atraídos também os setores da oposição que tomam posições nacionalistas e democráticas. Na situação atual, abrem-se imensas possibilidades para a aglutinação de amplas forças em torno das grandes questões de interesse nacional. É o caso do requerimento para formar uma Comissão de Inquérito sobre a política exterior, assinado por 180 deputados dos mais diferentes partidos. Ou o exemplo recente da declaração de princípios em defesa do monopólio estatal do petróleo, firmada por cerca de 170 parlamentares.

**MAS** o principal é desenvolver e ampliar o movimento de massas, que não está à altura da gravidade da situação. Urge realizar grandes campanhas de massas contra a entrega de Fernando de Noronha, em defesa da Petrobrás, contra a Conferência do Atlântico Sul. Iniciativas como a da Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha, o Movimento Nacionalista, em Minas Gerais, a Frente Parlamentar Nacionalista que agora surge nos Estados, devem servir de ponto de partida para amplos movimentos de massas. O movimento operário, as lutas camponesas e campanhas populares contra a carestia terão igualmente influência decisiva no curso dos acontecimentos.

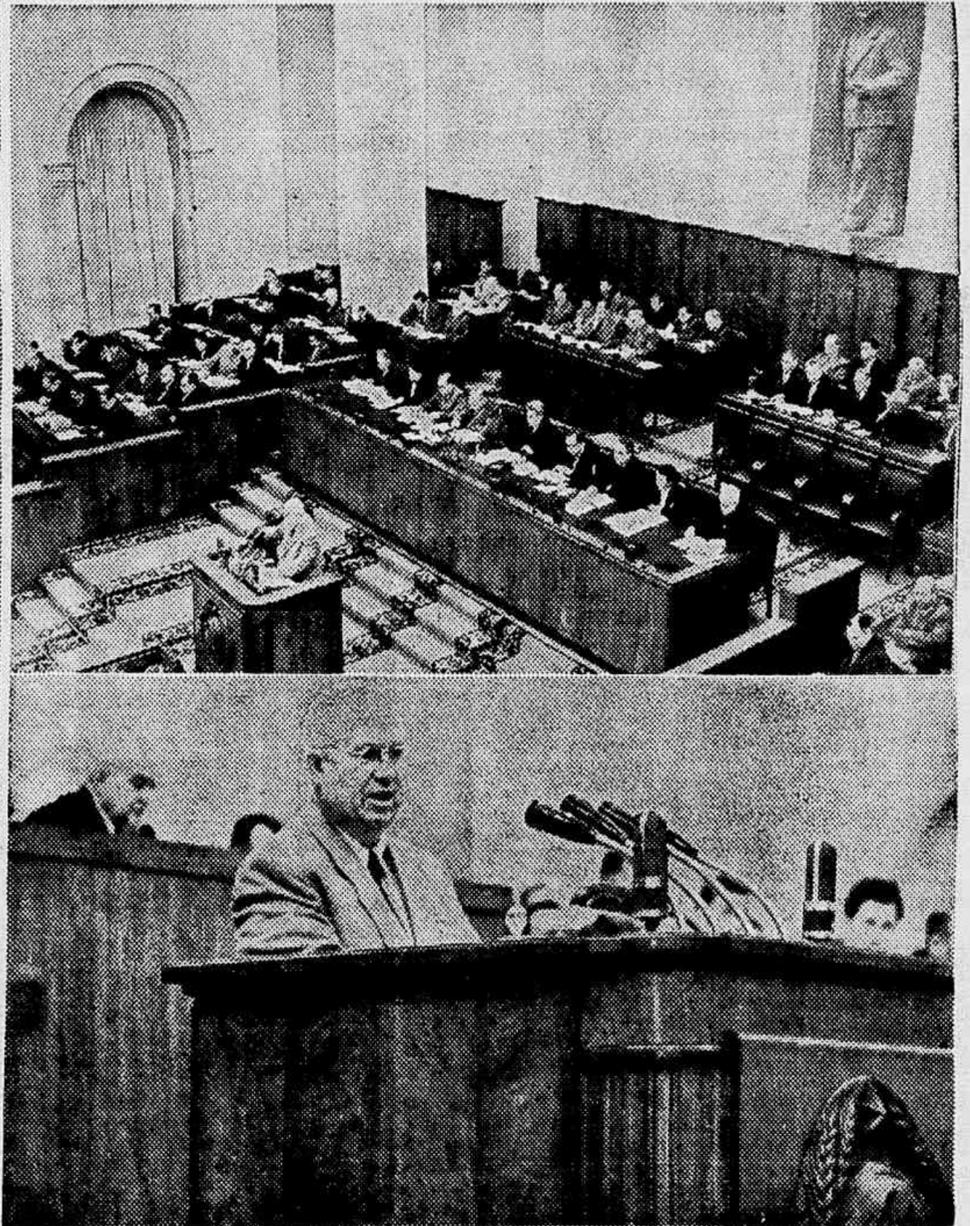
**A AÇÃO** das grandes massas é que garantirá, em última análise, as modificações na política interna e externa do país num sentido patriótico e democrático.

## VOZ OPERÁRIA

Nº 415 ★ RIO DE JANEIRO ★ 18 DE MAIO DE 1957

### Desmascarado o Plano Entreguista Para Liquidar a Petrobrás (Texto na 4a Pág.)

#### VII SESSÃO DO SOVIET SUPREMO



Realizou-se recentemente em Moscou a VII Sessão do Soviete Supremo da URSS, na qual foi discutido e aprovado um importante informe de N. S. Khrushchiov sobre o aperfeiçoamento dos métodos de direção da indústria na União Soviética. No clichê um aspecto do Presidium do Soviete Supremo, vendo-se na tribuna N. S. Khrushchiov.

## POR QUE VEM AO BRASIL O EMISSÁRIO DE SALAZAR

(LEIA MATÉRIA NA TERCEIRA PÁGINA)

# A IMPORTÂNCIA DAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES NA ALEMANHA

As mudanças e sucessivas mudanças de tom nas declarações públicas do chanceler Adenauer demonstram o crescimento das forças da paz na Alemanha Ocidental. Cinco dias depois de ter reivindicado em altas vozes, no discurso pronunciado perante a Convenção do Partido Democrata Cristão, o equipamento do exército da República Federal com armas nucleares, Adenauer viu-se forçado a um primeiro recuo, em face da profunda repercussão da

declaração dos dezoito cientistas atômicos alemães. Em seguida, em face dos êxitos iniciais da campanha eleitoral do Partido Social Democrata, que adotou como slogan principal o desarmamento e a retirada da Alemanha Ocidental do bloco da OTAN e das enérgicas advertências do governo soviético, o chanceler passou a negar que tivesse tido a intenção de pleitear armamentos atômicos. Na reunião do Conselho da OTAN, Adenauer levantou

novamente a cabeça, e pronunciou discursos arrogantes de provocação guerreira.

A proximidade das eleições gerais, que devem ter lugar em setembro próximo, fez com que o chefe do governo de Bonn iniciasse nova marcha a ré, desta vez com uma manobra espetacular, de objetivos evidentemente eleitorais: apresentou no «Bundestag» (Parlamento), por intermédio do seu partido, uma resolução pedindo uma trégua imediata nas experiências com armas nucleares. Essa resolução foi aprovada contra o voto dos socialistas, que a consideraram limitada e insuficiente. Ao mesmo tempo Adenauer declarou que as tropas americanas na Alemanha Ocidental devem ser equipadas com armas atômicas, até que se chegue a um acordo geral sobre o desarmamento.

A decisão do «Bundestag» reflete a crescente repulsa do povo alemão contra a política guerreira de Adenauer. O próprio objetivo eleitoral que a provocou demonstra esse fato. Essa resolução coincidiu com a resolução do Soviete Supremo da União Soviética no mesmo sentido, dirigida diretamente aos parlamentos dos Estados Unidos e da Inglaterra, e que está tendo imensa repercussão. Já se vislumbra mesmo a possibilidade de um novo encontro dos chefes das quatro grandes potências, semelhante ao de 1955 em Genebra, proposta por Kruchiov em recente entrevista ao «New York Times».

Todos esses fatos demonstram a extraordinária importância que terão as próximas eleições na Alemanha Ocidental. Um resultado contrário a Adenauer poderá contribuir decisivamente para a rápida derrota da guerra fria e para os primeiros acordos de desarmamento.

# Denunciada a Conferência do Atlântico Sul

EM DECLARAÇÃO conjunta agora dada à publicidade, os Movimentos de Partidários da Paz da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai pronunciam-se sobre a Conferência Militar do Atlântico Sul.

E' o seguinte o texto do importante documento:

## DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS MOVIMENTOS DE PARTIDÁRIOS DA PAZ DA ARGENTINA, DO BRASIL, DO PARAGUAI E DO URUGUAI.

Foi convocada, para o dia 15 de maio próximo, uma Conferência militar, em Buenos Aires, da qual participarão representantes dos governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai e também o general norte-americano Shepherd, presidente da Junta Interamericana de Defesa, que patrocina esta reunião.

A Conferência tem como pretexto «o estudo das bases da organização da defesa do Atlântico Sul», o que é inaceitável, já que não existe qualquer ameaça velada ou aberta contra nossos países.

A mesma Junta pretende realizar outras Conferências similares que englobarão os países das áreas do Pacífico e do Caribe.

A aceitação, dentro dos termos do Tratado do Rio de Janeiro, desses novos compromissos envolveria ainda

mais a América Latina na política de blocos militares e na preparação de guerra nuclear, contribuindo assim para aumentar a tensão internacional, criando novas restrições à soberania dos países latino-americanos e reduzindo ainda mais o nível econômico e cultural desses povos.

Os Movimentos da Paz da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, ao denunciarem esses graves perigos, reafirmam que os países da América Latina só se poderão desenvolver e progredir realizando uma política independente e de paz, que contribuirá para afastar as ameaças de guerra e facilitará o entendimento entre todas as nações. Os Movimentos da Paz reclamam que se chegue quanto antes a um acordo que importe na cessação das experiências atômicas e nucleares, na proibição das armas atômicas e nucleares, na anulação de todos os pactos militares e na extinção de todas as bases militares em território estrangeiro, no desarmamento geral e no estabelecimento de um adequado sistema de segurança dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas.

Os Movimentos da Paz da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai apelam à opinião pública de seus países para que se mobilize resolutamente no sentido de se opor aos novos compromissos bélicos no Atlântico Sul e no sentido de impor uma política construtiva de paz.

# As Mulheres de Todo o Mundo Pedem o Desarmamento

A Federação Democrática Internacional das Mulheres dirigiu a seguinte carta ao Presidente da Subcomissão da ONU para o desarmamento, em Londres:

«Senhor Presidente: No momento em que a Subcomissão do Desarmamento inaugura uma nova sessão, desejo expressar-lhe quão ardentes são as esperanças que depositam em seus trabalhos milhões e milhões de mulheres de todos os países.

As mulheres desejam a paz, não querem ver de novo uma guerra que lhes impõe tantos sacrifícios e lhes causa tantos sofrimentos.

Atualmente se sentem presas de temor ao verem aumentar o perigo de guerra e renascer a política de blocos militares. Em palavras, todos os governos louvam o desarmamento; porém, de fato, muitos deles intensificam a corrida armamentista. Inclusive, chega-se a rearmar um país a que haviam desarmado os aliados da última guerra, fato que os povos consideraram então como a primeira etapa para o desarmamento geral. Cada dia mais se fabricam armas atômicas e se levam a cabo experiências termonucleares que, por si sós, constituem já um perigo para a existência normal da espécie humana.

E' de se esperar que a Subcomissão do Desarmamento conheça as atuais aspirações dos povos. Por isso considero dever meu expressar aos senhores a vontade de paz que anima as centenas de milhões de mulheres agrupadas na Federação Democrática Internacional de Mulheres. Estas mulheres não esqueceram os 40 milhões de mortos que a segunda guerra mundial causou; pedem encarecidamente à Subcomissão do Desarmamento que adote medidas concretas condizentes ao desarmamento efetivo; pedem, em particular, que se chegue a um acordo para proibir as armas atômicas e a cessação imediata das experiências termonucleares.

a) Eugénie Cotton — Presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres».

# CRÔNICA INTERNACIONAL Aplicado o "Plano Sukarno"

TEVE extraordinária repercussão a recente visita feita pelo Presidente do Soviete Supremo da União Soviética à Indonésia, a convite do Presidente Sukarno. Apesar dos reforços de agentes da reação e do imperialismo no sentido de promover provocações anticomunistas, a recepção dada a Vorochilov pelo povo e pelo governo indonésios foi triunfal.

A visita de Vorochilov realiza-se no momento em que se normaliza a situação política da Indonésia, após o fracasso de uma série de tentativas de ingerência do imperialismo, apoiado em forças reacionárias internas.

A superação da séria crise política que se prolongou por todo o primeiro trimestre deste ano foi o resultado da ampla unidade de todas as forças democráticas e progressistas do país em apoio à política de independência nacional, de paz, de amizade e cooperação com os países do campo socialista e os demais países da «zona de paz», seguida pelo presidente Sukarno.

A crise ministerial foi resolvida com a constituição do gabinete Djuaná, que recebeu a aprovação da maioria dos partidos políticos e organizações de massas, inclusive o Partido Comunista, o Partido Nacionalista, a Central Sindical e a Frente dos Camponeses Indonésios. Esse gabinete, ao contrário dos anteriores, é constituído segundo o critério das aptidões individuais dos ministros, e não mais obedecendo às regras parlamentaristas, embora continue responsável perante o parlamento. E', por isso chamado «ministério técnico de emergência».

D. N. Aidit, secretário-geral do Partido Comunista da Indonésia, em declaração à imprensa no dia 13 de abril, declarou que o seu partido apoia o novo gabinete, cujos membros considera patrióticos, capazes e isentos de corrupção. Embora esse gabinete ainda não represente a completa realização do «plano Sukarno», deve ser considerado como um passo para o mesmo, pois contém, entre os cinco pontos do seu programa, a formação do «Conselho Nacional» previsto naquele plano.

A solução da crise ministerial foi seguida da normalização quase total da situação militar nas principais regiões do país, inclusive no sul de Sumatra, onde ficou provado que a Standard Vacuum Oil Company (grupo Rockefeller) e a Dutch Bataafche Petroleum Company (grupo Shell, anglo-holandês), haviam fornecido armas e fundos para a subversão.

Agora, telegrama de 8 do corrente informa que o presidente Sukarno assinou um decreto criando o referido «Conselho Nacional». «As instituições existentes, de tipo ocidental, não eram adequadas ao novo desenvolvimento

de nossa vida estatal», explicou o governo, ao efetuar a importante transformação de estrutura.

Em que consiste o «plano Sukarno», conhecido também como «concepção Bung Karno», que é apoiado sem reservas pelo Partido Comunista da Indonésia?

Os dois pontos principais desse plano são os seguintes:

1) — Constituição de um «gabinete de unidade», inspirado na tradição camponesa indonésia de «gotong-rojong» — que significa: todos os membros de uma família, juntos, sem exceção, em torno da mesma mesa, seja para comer, seja para o trabalho. Esse gabinete seria composto de representantes de todos os partidos políticos, inclusive o Partido Comunista, proporcionalmente à sua força no Parlamento. Este primeiro ponto não pôde ainda ser levado à prática devido à oposição do partido reacionário «Masjumi», sendo assim substituído pelo gabinete «extra-parlamentar», de emergência.

2) — criação de um «Conselho Nacional», constituído por representantes das diferentes classes e camadas sociais, e das principais organizações de massas. Este «Conselho» não absorverá as funções do Parlamento, que continuará com suas prerrogativas constitucionais. «O Conselho Nacional», esclarece Sukarno, será composto de representantes de grupos funcionais da sociedade; deve ser considerado como um reflexo da sociedade da mesma forma que o gabinete é um reflexo do Parlamento». O Conselho Nacional terá funções consultivas, ao lado do gabinete. Sukarno propõe o seguinte critério para a composição do «Conselho Nacional»: representantes das organizações operárias, das organizações camponesas, dos intelectuais, dos proprietários nacionais de empresas; um representante do grupo protestante, outro do grupo católico, dois dos mussulmanos, uma das organizações femininas, um da juventude, um de cada região; os chefes de Estado-Maior das forças armadas, os ministros das pastas mais importantes.

Sukarno considera que a experiência de onze anos demonstrou que o «estilo ocidental de democracia» não está em harmonia com as peculiaridades da nação indonésia.

O plano Sukarno foi aclamado em Jakarta, ao ser apresentado em um comício de um milhão de pessoas, realizado em 19 de fevereiro último, em frente ao palácio presidencial, e no qual usou da palavra D. N. Aidit, em nome do Partido Comunista. Vemos agora que, removidos os principais obstáculos criados pelo imperialismo e pela reação interna, começa ele a ser levado à prática.

# Declaração Sino-Polonesa

## PELA SOLIDARIEDADE DOS PAÍSES DO CAMPO SOCIALISTA

Teve grande importância para o reforçamento da unidade de campo socialista a

recente visita à China de uma delegação governamental polonesa, presidida pelo primeiro ministro Cyrankiewicz. Em Tientsin, onde foi recebido por Chou En Lai, primeiro ministro chinês, o chefe do governo polonês, falando a 15.000 estudantes, declarou que «seria impossível à Polónia construir o socialismo sozinho, sem a grande família socialista». «E' por isso», afirmou Cyrankiewicz, «que estamos estreitando nossa amizade com a União Soviética e os outros países socialistas».

No dia 11 foi assinada uma declaração conjunta dos governos da República Popular da China e da República Popular da Polónia. O presidente Mao Tse Tung, o vice-presidente Chu Teh, e outros dirigentes chineses e poloneses estiveram presentes à cerimônia. O documento foi subscrito pelos primeiros ministros Cyrankiewicz e Chou En Lai.

A declaração conjunta constatada que houve acordo total sobre as novas questões relativas à situação internacional, e ao desenvolvimento da solidariedade entre os países socialistas e da cooperação entre a Polónia e a China. «Depois de examinar a situação internacional, as duas partes concordam que a tendência geral no mundo continua sendo no sentido do alívio da tensão». «No entanto a doutrina Eisenhower, a oposição a que se proíba a fabricação e as experiências de armas nucleares, e a utilização da OTAN para expandir bases atômicas e de projéteis teleguiados na Europa são sinais de que «não cessaram os esforços do imperialismo para destruir a paz». Os dois governos apoiam as recentes propostas soviéticas de desarmamento e declaram sua opo-

sição aos blocos e pactos militares, como os da OTAN, da SEATO e de Bagdá, e despois das tentativas de forças do imperialismo de continuar com a guerra fria a coexistência pacífica entre as nações com sistemas diferentes corresponde acima de tudo aos interesses da humanidade».

«As duas partes continuarão a reforçar a solidariedade de dois países do campo socialista, baseada nos princípios marxistas-leninistas do internacionalismo proletário e na igualdade entre as nações». «As duas partes consideram que a construção do socialismo de acordo com o marxismo-leninismo constitui o supremo interesse dos dois povos, e que na sua respectiva construção socialista a luz de suas características nacionais e condições específicas, devem combater de forma consistente todos os desvios, tanto doutrinaários como revisionistas». «Reafirma seu apoio ao governo revolucionário operário-camponês da República Popular Húngara em sua luta para consolidar o sistema socialista e eliminar as conseqüências de erros do passado».

Depois de afirmar que «os resultados das recentes eleições para o parlamento polonês demonstraram com vigor que o povo da Polónia marcha firmemente pelo caminho do socialismo, sob a direção do Partido Unificado dos Trabalhadores», «cada vez mais unidos em torno do seu Comitê Central, encabeçado pelo camarada Gomulka», a declaração termina constatando que a visita da delegação governamental polonesa tornará ainda mais estreitas as relações entre a China e a Polónia e entre todos os países socialistas.

# SOB AS MAIS VARIADAS FORMAS CRESCCE O MOVIMENTO PATRIÓTICO

**EM MINAS, RIO GRANDE DO SUL, MARANHÃO E RIO GRANDE DO NORTE, ORGANIZAM-SE OS PATRIOTAS DE TODAS AS CLASSES — IMPORTANTES PRONUNCIAMENTOS DOS TRABALHADORES E DOS ESTUDANTES NO D. FEDERAL E S. PAULO**

Estamos assistindo no presente momento, em todo o país, a sucessivas manifestações de reforçamento da luta de nosso povo pela independência nacional. Ante a política de entreguismo e capitulação adotada pelo governo Kubitschek, mobilizam-se os mais variados setores da vida nacional e se organizam, sob múltiplas formas, todas as classes e camadas do nosso povo em torno de programas de ação que têm em comum a salvaguarda da nossa soberania, a emancipação econômica do país e a defesa das riquezas nacionais.

O movimento patriótico do povo brasileiro, que se levanta para barrar e derrotar a política entreguista do governo, colhe a cada dia e em cada Estado novas vitórias, principalmente no terreno da unidade e da organização.

**FEDERAÇÃO DE MINAS GERAIS DO MOVIMENTO NACIONALISTA**

Sob a presidência do general Olímpio Mourão Filho, realizou-se em Belo Horizonte importante assembléa no salão nobre da Associação Comercial de Belo Horizonte para a fundação da Federação de Minas Gerais do Movimento Nacionalista. Além dos deputados federais Gabriel Passos, Dagoberto Salles, Leoberto Leal e Bento Gonçalves, participaram da assembléa deputados estaduais e vereadores de diversos partidos, os líderes do comércio, indústria e lavoura Josaphat Macedo (presidente da FAREM), Nilton Veloso (Presidente da Federação de Comércio), Maury Freitas Saldanha (Presidente da União dos Varejistas), Renato Falcetti, Osório Rocha Diniz (Diretores da Associação Comercial), os líderes sindicais João Luzia, Francisco Farias Nas-

cimento e João Vieira, o presidente da União Estadual de Estudantes, Leocádio de Araújo Pinto, e vários líderes estudantis. Importantes debates foram travados e afinal foi aprovado um Decálogo do Movimento Nacionalista:

1) — Valorização do homem pela educação, a saúde e justa retribuição do trabalho; 2) — Defesa do monopólio estatal do petróleo e da indústria petroquímica, dos minérios radioativos, atômicos e estratégicos, desde a pesquisa até a sua industrialização; 3) — Nacionalização progressiva, em base estatal, da indústria de energia elétrica, como serviço de utilidade pública; 4) — Reversão ao patrimônio público de jazidas e minas concedidas, mas não aproveitadas; 5) — Nacionalização dos Bancos de depósito, companhias de seguro e de capitalização, e do comércio de exportação em mãos de grupos internacio-

nais; 6) — Defesa do Código de Minas, na parte em que atribui ao patrimônio público o domínio do subsolo; 7) — Crédito amplo para o estabelecimento de indústria de base, especialmente siderúrgica, carvão, estaleiros, fabricação de meios de transportes, máquinas de tração, máquinas operatrizes, química pesada, e prosseguimento da industrialização do país; 8) — Libertação do país da importação do trigo e do controle da indústria moageira por grupos internacionais; 9) — Política externa baseada no respeito à soberania nacional, na manutenção da neutralidade e da paz; e 10) — Apoio aos meios de difusão nacionalista principalmente à imprensa e ao rádio.

Por proposta do deputado Gabriel Passos a Federação deverá buscar unir-se, com movimentos nacionalistas dos demais Estados, numa Confederação Brasileira do Movimento Nacionalista.

**FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA DO RIO GRANDE DO SUL**

No dia 27 de abril último instalou-se em Porto Alegre, na Câmara Municipal a Frente Parlamentar Nacionalista congregando deputados estaduais, vereadores da Capital e das Câmaras do interior, associações de classe e entidades estudantis. Do manifesto de lançamento constam, entre outros pontos, a defesa da Petrobrás, de Fernando de Noronha, de nossos minérios, a emancipação da energia elétrica, a defesa de Volta Redonda e Vale do Rio Doce. Da Comissão Executiva participam destacados parlamentares gaúchos como Temperani Pereira, Wilson Vargas, Waldemar Rodrigues da Silva, Pero Alvarez e Célio Marques Fernandes.

**CONGRESSO DOS MUNICÍPIOS**

Vimos, em reportagem de nossa última edição, o que foi o Congresso dos Municípios, que reuniu na Capital da República cerca de 2.500 prefeitos e vereadores de todos os pontos do território nacional. Da Declaração Municipalista do Rio de Janeiro, aprovada no Congresso, constam importantes itens de defesa da soberania nacional, da Petrobrás, de nossas riquezas e da nossa economia.

**A REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTUDANTES**

Ainda na semana passada teve lugar a reunião anual do Conselho Nacional dos Estudantes, formado de representantes de todas as Unidades estaduais filiadas à UNE. Não só foi aprovada a orientação

ou apoiar a luta dos estudantes argentinos contra a conferência e o pacto ora em elaboração. Coloca-se, assim, a nossa mocidade estudantil, mais uma vez ao lado de seu povo, na defesa dos mais altos interesses nacionais.

Cumpre-nos alertar a opinião pública e mobilizar todo o povo brasileiro contra mais este pacto internacional a que nos submete o governo de capitulação do Sr. Kubitschek. Depois de entregar Fernando de Noronha para base de agressão atômica, o governo consente em arrastar o país para um bloco militar que não passa de mais uma peça dos dispositivos militares ianques, com todas as sinistras consequências e graves riscos para a vida de nosso povo: peso esmagador de orçamentos militares, maior carestia, restrição de liberdades, subordinação de nossas forças armadas ao comando ianque, transformação de nosso território em base de agressão, com todos os riscos da destruição atômica.

Unamos a nossa ação à dos povos argentino, uruguaio e paraguaio para anular os planos que os Dulles e Shepherds elaboraram para serem adotados em Buenos Aires pelos delegados do entreguismo e da submissão.

Recebemos de nosso correspondente em Campina Grande um boletim da Federação das Indústrias da Paraíba, editado naquela cidade e datado de 15 de março do corrente ano, no qual se anuncia a construção de mais uma base de projéteis teleguiados no Nordeste.

Afirma o boletim que «estão sendo elaborados estudos para a instalação de um posto de observação de teleguiados na Paraíba», acrescentando que «o local mais visado para sua localização é a cidade de Sousa, pois os resultados dos estudos geodé-

## POR QUE VEM AO BRASIL O EMISSÁRIO DE SALAZAR

**GRAVEIRO LOPES BUSCA UM ALENTO PARA O CAMBALEANTE REGIME FASCISTA DE PORTUGAL**

A convite do sr. Kubitschek ai vem o General Craveiro Lopes, figura decorativa do fascismo salazarista, presidente do Estado Corporativo que desde 1926 oprime o bravo povo português.

Tudo o que nos une a Portugal e ao seu povo está sendo utilizado pela propaganda do governo nos preparativos da recepção ao general Craveiro. Os sentimentos mais generosos dos brasileiros e da imensa comunidade portuguesa aqui radicada estão sendo solicitados para fazer da visita uma grande manifestação de amizade luso-brasileira.

Mas, são precisamente os laços que nos unem ao povo português, de sangue, de cultura, de história, de idioma e de amizade, que impõem ao povo brasileiro, e particularmente a todas as suas forças democráticas e progressistas, o indelével dever de solidariedade para com a luta árdua, persistente e gloriosa, que travam os democratas portugueses pela libertação de sua pátria do odioso regime salazarista.

A ditadura salazarista, que é o governo fascista mais antigo do mundo, mantém-se, como a de Franco, graças ao amparo e apoio dos imperialistas, principalmente dos círculos belicistas e monopolistas norte-americanos. Não fóra esse apoio e o povo português já teria varrido de sua pátria este vergonhoso resíduo do fascismo, apesar do terror permanente a que está submetido.

### SIGNIFICADO POLÍTICO DA VIAGEM

Os assassinatos e torturas da execrada PIDE, a política política salazarista, os campos de concentração do Tarrafal e do Bié, em Angola, os fortes de Peniche e Cascais, as câmaras de espancamentos do PSP e GNR, não seriam suficientes para manter o sangrento e cambaleante regime. Salazar sempre viveu deste apoio, procurando no plano internacional o reforçamento do seu governo.

São recentes as viagens a Portugal do sr. Café Filho, como presidente da República, e da rainha Elisabeth largamente exploradas pelo salazarismo como aumento de prestígio político. E não escondeu o sr. Kubitschek, em sua recente entrevista, o verdadeiro significado da visita do representante de Salazar, ao dizer mesmo que dela sairia reforçada a "aliança atlântica".

Recentes ainda são os vergonhosos pronunciamentos dos representantes do governo Kubitschek na ONU em apoio do colonialismo salazarista e contra as populações hindus oprimidas, no debate do caso de Goa. Este o significado político da viagem do sr. Craveiro Lopes. Por isso mesmo devem as forças democráticas denunciá-lo e alertar a todo o povo para que não confunda a amizade que nos une a Portugal com as homenagens que estão sendo preparadas ao representante de um governo que oprime o povo português.

### SOLIDARIEDADE AOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Devemos recordar neste momento a grosseira farsa representada por ocasião da "eleição" do general Craveiro Lopes para a Presidência da República. As forças democráticas portuguesas uniam-se em torno da candidatura de oposição do general Norton de Matos, apesar de todas as restrições da legislação salazarista, e a ditadura investiu com todo o seu aparelho policial, até que o general Norton retirou a candidatura.

Cumpre-nos recordar os democratas e patriotas portugueses, assassinados pelo fascismo salazarista, fria e lentamente, no Campo do Tarrafal: Bento Gonçalves, Alfredo Caldeira, Mario Castelhana, Arnaldo Janeiro, Alberto Araujo, Benjamin Inácio Garcia e tantos outros, são autênticos representantes do valoroso povo português que luta pela liberdade.

A solidariedade e as homenagens de todos os democratas e patriotas devem voltar-se para os presos e deportados pelo salazarismo. Alvaro Cunhal, Maria Machado, Francisco Miguel, Georgette Ferreira, Professor Rui Luiz Gomes, Dr. José Morgado, Engenheira Virginia de Moura, entre centenas de outros, representam a classe operária, os intelectuais e todos os democratas portugueses que morrem lentamente nas masmorras da PIDE, ou nos campos de concentração, por serem patriotas e combatentes da causa do seu povo.

O povo brasileiro sempre manifestou a sua repulsa ao salazarismo e a sua solidariedade aos patriotas e democratas portugueses. No presente momento a ditadura de Salazar enfrenta séria crise econômica e política. Unem-se em ampla ação todas as forças democráticas portuguesas. Está em formação uma poderosa Frente Nacional anti-salazarista. Com esta luta estamos solidários e repudiamos o emissário de Salazar, que busca nas relações internacionais um alento para seu cambaleante regime.

## Protestos Contra o Pacto do Atlântico Sul

**Unamos nossa ação à dos povos argentino, uruguaio e paraguaio para derrotar o plano agressivo ianque**

A instalação da chamada Conferência do Atlântico Sul está despertando a oposição e o protesto dos povos cujos governantes nela estão representados.

Em nota conjunta, os Movimentos de Partidários da Paz da Argentina, Brasil, Uruguaio e Paraguai denunciam o caráter agressivo do bloco militar que se pretende formar sob a inspiração e a direção dos círculos belicistas norte-americanos, através da Junta Interamericana de Defesa.

De Buenos Aires, sede da Conferência, chegam notícias de poderosas manifestações de hostilidade ao «Pacto do Atlântico Sul», que resultaria da reunião. A Federação Universitária de Buenos Aires decretou greve geral de protesto. Vários partidos políticos já se manifestaram, notadamente os radicais liderados por Frondizil, os liberais, os comunistas, os socialistas

e os nacionalistas, inclusive os de direita. Sucedem-se importantes pronunciamentos de organizações e líderes sindicais e populares, assim como de personalidades de relevo em todos os setores da vida argentina.

De passagem pelo Rio de Janeiro, o general ianque Shepherds, presidente da Junta Interamericana de Defesa disse que a conferência estimulará outros pactos regionais e preparará o caminho para u'a mais ampla conferência do Atlântico Sul. Mas o movimento de protesto que se eleva em Buenos Aires e em toda a Argentina constitui, este sim, poderoso estímulo à luta dos povos sul-americanos para derrotar os planos belicistas que o Departamento de Estado ianque traçou para nossos países.

Na recente reunião do Conselho Nacional de Estudantes, o órgão máximo dos universitários brasileiros delibe-

## ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE IMPRENSA

**Apreensão da VOZ OPERÁRIA em Natal e São Luiz**

Violando frontalmente um dos direitos assegurados na Constituição — a liberdade de imprensa — as autoridades policiais de São Luís e de Natal determinaram a apreensão dos exemplares da VOZ OPERÁRIA remetidos por via aérea para aquelas cidades. O inominável atentado foi praticado há cerca de duas semanas, sendo os jornais apreendidos nas agências da companhia «Cruzeiro do Sul», antes de serem distribuídos pelos nossos agentes.

Ao tomar conhecimento das arbitrariedades da polícia do Maranhão e do Rio Grande do Norte, a direção da VOZ OPERÁRIA dirigiu-se ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, sr. Herbert Moses, denunciando aqueles atos odiosos, de indelével cunho fascista, e solicitando providências para evitar que se repitam.

Como um jornal que sempre defendeu a causa democrática e os interesses populares, VOZ OPERÁRIA denuncia publicamente esse atentado liberticida e afirma sua disposição de usar de todos os meios para fazer chegar sua palavra aos leitores de Natal e de São Luís.

## Mais Uma Base de Teleguiados

**Seria construída em Sousa, na Paraíba**

sicos realizados no Nordeste indicam a sede do próspero município paraibano como o ponto preferencial para a referida estação». Adianta o boletim: «Informa-se, também, que um grupo de técnicos da Comissão Brasil-Estados Unidos será deslocado para aquele município, a fim de realizar os trabalhos preliminares de observação, sondagens e demarcações.» Prosseguem, assim, os pre-

parativos acelerados para a construção de uma rede de bases de teleguiados no Nordeste brasileiro, como consequência do vergonhoso «ajuste» celebrado entre o governo brasileiro e os imperialistas norte-americanos. Parte considerável do território nacional é transformada, contra a vontade expressa de nosso povo, em zona de operações militares agressivas. A população nordestina seria

exposta aos horrores de uma guerra atômica, pois o objetivo dos militares tsas (se)ET tivo dos militaristas americanos, ao construir as bases de teledirigidos longe dos Estados Unidos, não é outro senão desviar do seu território as operações com essas armas mortíferas.

Cabe ao povo paraibano, aos patriotas nordestinos, juntar sua voz à de todos os brasileiros, num protesto cada vez mais alto contra a entrega de Fernando de Noronha e de outras bases aos imperialistas ianques.

# DESMASCARADO O PLANO ENTREGUISTA PARA LIQUIDAR COM A "PETROBRAS"

A concessão do governo Kubitschek à refinaria Capuava viola o monopólio estatal — A Gulf Oil quer apoderar-se da área concedida ao Brasil na Bolívia — Rockefeller compra jornais no Brasil para realizar propaganda entreguista

GRAVES denúncias vieram a público nos últimos dias, revelando a trama que o governo do Sr. Juscelino Kubitschek articula contra a Petrobrás, visando a entrega do petróleo brasileiro aos trustes norte-americanos. Duas publicações dos Estados Unidos mesmo o confirmam: a «Hanson's Latin America» de 4 de maio e um artigo da revista «Petroleum Week» de 22 de março. Este noticiário não só desvenda os objetivos dos monopólios ianques, de um lado, na exploração do petróleo boliviano por grupos particulares brasileiros e companhias americanas de petróleo, de outro, nas concessões ilegais à refinaria de Capuava, mas também aponta claramente os intuítos entreguistas do atual governo.

## O PETRÓLEO BOLIVIANO — BRECHA PARA A DESTRUIÇÃO DA PETROBRÁS

Nos termos de um tratado de 1938, o Brasil detém a concessão da exploração de petróleo na Bolívia, numa área de cerca de 12.350 milhas quadradas de terras não cultivadas. Esta concessão visa permitir o pagamento da dívida da Bolívia ao Brasil, referente à construção da estrada de ferro de Santa Cruz a Corumbá.

Até o ano passado nada se fizera para aplicar o tratado. Mas, segundo a «Hanson's Letter», «companhias estrangeiras de petróleo conseguiram que o governo boliviano fizesse o Brasil a apressar uma decisão acerca dessa concessão.» A Petrobrás prontificou-se a iniciar a exploração de petróleo na promissora área do país vizinho. Esta solução não interessava, porém, às companhias es-

trangeiras e, desta forma, o governo boliviano não aceitou que uma empresa estatal brasileira explorasse o petróleo boliviano. Que fez o governo brasileiro?

Altos dignatários deste governo, segundo revela a «Hanson's Letter», mantiveram negociações com funcionários destacados do governo norte-americano. Daí resultou, como «primeiro passo no processo» de entrega do petróleo de nosso país, o «abandono dos planos para que a Petrobrás participasse no desenvolvimento conjunto brasileiro-boliviano das reservas de petróleo na área concedida pela Bolívia». A própria Embaixada norte-americana no Rio, exultante, encarregou-se de transmitir publicamente esta informação.

## A CONFISSÃO: «RELEGAR A PETROBRÁS A POSIÇÃO INFERIOR

O artigo da «Petroleum Week» esclarece o que se passou a seguir: «o governo brasileiro quer agora que capitais privados brasileiros formem uma companhia para explorar o território boliviano... O grupo local atualmente em formação para o empreendimento boliviano, inclui interesses do seguro e do refino privados... Entre os participantes desse grupo se encontram Celso Rocha Miranda, grande corretor de se-

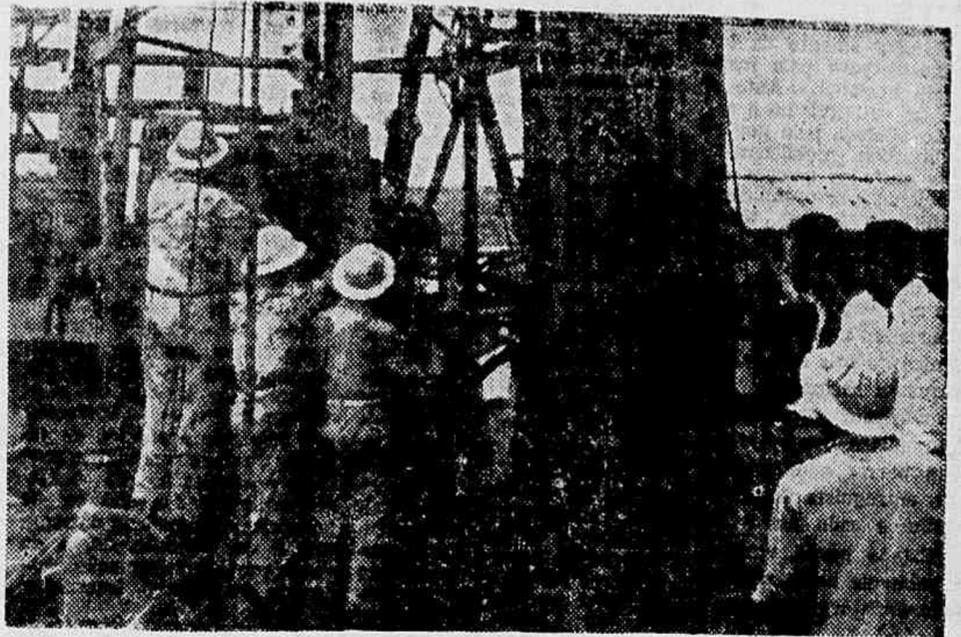
guros e amigo do presidente Juscelino Kubitschek, companhias de seguros locais chefiadas pela Sul América e os interesses que controlam a Refinaria de Capuava, de S. Paulo.» A Gulf Oil Corp., financiadora de Capuava, que tem interesses próprios na exploração do petróleo boliviano, ligar-se-ia ao grupo brasileiro, fornecendo técnicos e equipamento.

Aqui está toda a manobra. O empreendimento visa pôr

à prova o monopólio estatal do petróleo, confrontando seus resultados — muito lentos, conforme dizem os entreguistas — com o que obteriam os particulares brasileiros associados aos norte-americanos. Isto está dito, com todas as letras, na «Hanson's Letter»: A idéia consiste em que uma demonstração efetiva da técnica americana na área boliviana ajudaria a relegar a Petrobrás, permanentemente, a um papel inferior em todo o panorama brasileiro. (grifado por nós). A «Petroleum Week» afirma por sua vez que: «poderá ser aberta uma brecha para que o capital privado seja introduzido na própria política ultranacionalista de desenvolvimento dos recursos petrolíferos do Brasil, como resultado do interesse do governo em ativar o exercício de direitos que retém na Bolívia, nos termos de um tratado de 1938». (grifado por nós).

## AS CONCESSÕES À REFINARIA DE CAPUAVA VISAM DESMORALIZAR A LEI QUE CRIOU A PETROBRÁS

A lei n. 2.004 que instituiu o monopólio da pesquisa, lavra e refinação do petróleo, criando a Petrobrás, estipulou que ficariam excluídas do monopólio as refinarias em funcionamento naquela época no país, mas que não seria dada autorização «para a ampliação de sua capacidade». Violando frontalmente o texto desta lei, o Conselho Nacional do Petróleo permitiu há alguns meses que a Refinaria de Capuava aumentasse para 31.000 barris diários sua capacidade de refinação, estipulada em 20.000 barris, pelo título original da concessão. Não se trata, como pretendem os arautos do entreguismo, de fazer com que



Trabalhos de perfuração em Candeias

a Refinaria de Capuava produza menor quantidade de óleo do que suas instalações o permitem, obrigando com isto o Brasil a despender maior quantidade de divisas, para a importação do óleo que consumimos. A solução que consulta os interesses nacionais e não golpeia a Petrobrás, consistiria na Refinaria alugar sua excedente capacidade de produção ao monopólio estatal de petróleo.

O excesso de refinação, nas condições em que se dá, prejudica a Petrobrás porque a gasolina que a Refinaria de Capuava distribui é para os centros de consumo a ela aproximados, enquanto que à Petrobrás cabe entregar gasolina aos mercados mais distantes de suas refinarias, com encargos e despesas maiores. Por outro lado, quando a Petrobrás tiver as suas novas refinarias instaladas, estará lutando com uma concorrente que refina além de sua autorização legal, para tomar-lhe mercados que deveriam ser somente seus. O que se pretende de mais grave, no entanto, com a ilegal concessão à Refinaria de Capuava, é ferir a lei que criou a Petrobrás, é desmoralizar esta lei, que a «Petroleum Week» chama de «controvertida».

## ONDE APARECE NELSON ROCKFELLER

O Conselho Nacional do Petróleo não poderia ter tomado decisão tão antipatriótica, sem consultar o Executivo, sem a aprovação do sr. Juscelino Kubitschek. Um fio, aliás, une essa tentativa de furar a lei que instituiu o monopólio estatal do petróleo e os intentos dos trustes norte-americanos de petróleo na Bolívia. É um conhecido órgão entreguista — «O Estado de São Paulo» — que o mostra, em editorial que denomina: «Por uma revisão da política petrolífera»: «A decisão do CNP» — descreve ele — que é uma simples prova de bom-senso e de sentido ético... não o podemos deixar de relacionar à que o sr. presidente da República tomou a

respeito da exploração, por grupos particulares, da concessão que obtivemos na zona sedimentar da Bolívia.

Não é por acaso que a Refinaria de Capuava aparece nas duas manobras. O deputado Sérgio Magalhães denun-

ciava no dia 7 último, da tribuna da Câmara, que o magnata americano Nelson Rockefeller, da Standard Oil, através do grupo Moreira Salles, havia comprado a Refinaria de Capuava e o «Jornal do Comércio».

## OUTRAS PEÇAS DO PLANO ENTREGUISTA

O controle da imprensa brasileira pela Standard Oil é um dos passos importantes no sentido de liquidar o monopólio estatal na indústria petrolífera. Ao lado das tentativas que visam amordaçar a imprensa, noticiou-se a compra de grandes jornais pelos trustes ianques. O primeiro jornal a ser adquirido foi o «Jornal do Comércio», com capital fornecido pelo grupo Moreira Salles. Este grupo, ligado por inúmeros fios a diversos jornais («Correio da Manhã», «Associados», «O Globo»), está procurando adquirir outros jornais e revistas, controlar emissoras e estações de TV, agências de informações. Sabe-se que o grupo já adquiriu a «Revista da Semana» e que existem negociações para a compra da «Asapress». A penetração na imprensa falada e televisiva viria através da Continental e da Rádio Globo, cujos proprietários teriam facilitada

des especiais para a aquisição e reforço da instalação de suas TV.

Outra parte do plano é a apresentação do projeto do deputado Adolfo Gentil, testa-de-ferro da «Socony Vacuum», na Câmara de Deputados. O projeto visa alterar sorrateiramente a lei do monopólio estatal com a possibilidade de participação, nas sociedades anônimas que exploram o ramo da refinação de petróleo, de brasileiros naturalizados e de cidadãos casados com estrangeiras. Indicando claramente a origem do projeto, a «Petroleum Week», já escrevia com antecipação: «um projeto modificando o monopólio da Petrobrás será apresentado à Câmara dos Deputados pelo deputado Adolfo Gentil» Vale esclarecer que este deputado é amigo íntimo do Sr. Kubitschek e que logo após a entrada de seu projeto na Câmara viajou para os Estados Unidos.

## O GOVERNO KUBITSCHKEK. INSPIRA OS PLANOS ENTREGUISTAS

JÁ MOSTRAMOS, através do noticiário norte-americano, a responsabilidade do governo Kubitschek nos planos de aniquilação da Petrobrás. São mais categóricas ainda as citadas publicações quando dizem que o governo Kubitschek tomou a «decisão de permitir que as companhias estrangeiras de petróleo comecem a perfuração e exploração efetiva do petróleo no Brasil» (grifado por nós), ou que «Kubitschek tem um encontro marcado com o destino sob a forma de companhias estrangeiras de petróleo, encontro esse que terá lugar antes de terminado seu mandato». (grifado por nós.)

O governo do sr. Kubitschek, na verdade, inspira e apoia todas as tentativas de entrega do petróleo brasileiro às companhias norte-americanas. Mas o povo brasileiro está alerta, não permitirá que se concretize tal atentado. A Petrobrás é uma conquista das amplas massas. A Petrobrás não poderá ser tocada.



Vista aérea da Refinaria de Cubatão

# BOLETIM DO DEBATE

Reeditando pontos de vista errôneos ventilados por João Batista, Boris Nicolaewsky e Quintino de Carvalho em seus artigos a respeito do internacionalismo proletário, o camarada José Gorender escreveu um artigo intitulado «O internacionalismo proletário e a verdade concreta».

No trabalho do camarada José Gorender não há propriamente a apresentação de coisas novas ao debate nem mesmo novos esclarecimentos que nos permitissem maiores luzes sobre o assunto. Seu artigo, ao contrário, detém-se nas questões já anteriormente examinadas, apenas com a particularidade demasiado evidente de ter caído no campo contrário da dialética.

É o que se dá quando José Gorender se refere aos erros. Sua teoria a este respeito é curiosa. Admite «justa, segundo diz, de um ponto de vista dialético, a afirmação de que erros em geral não são inevitáveis, ou sempre possíveis». Entretanto só o admite para os erros em geral. Mas os erros são sempre concretos, conforme acentua José Gorender, suas causas são sempre concretas e a existência destas causas não pode ser considerada inevitável. Logo, conclui, determinados erros concretos, aqueles de que procuramos fazer au-

## Tergiversando o Internacionalismo Proletário

tocrítica, não podem ser inevitáveis.

Da afirmativa de José Gorender de que erros em geral são inevitáveis e de que determinados erros concretos não o são, a conclusão que se tira é de que há erros em geral, abstratos. Isto contradiz sua afirmativa anterior de que os erros são sempre concretos.

A meu ver, o equívoco de José Gorender está em que ele se comporta como um metafísico e não vê que a causa e o efeito não podem estar separados por uma muralha chinesa. Os erros comportam-se como causas e efeitos, mudam constantemente de lugar. Há aí uma ação recíproca. A dialética exige, porém, a análise das causas decisivas, aquelas que condicionam tal ou qual fenômeno.

É um contra-senso achar que há erros em geral inevitáveis e que DETERMINADOS erros não podem ser inevitáveis. As causas dos erros, sejam quais forem estes erros, são sempre de duas naturezas: sociais e cognoscitivas; estas últimas resultantes das imperfeições no domínio do conhecimento ou da realidade.

Engels ensina que a «causa e o efeito são representações que só vigoram como tais na sua aplicação ao caso concreto» (Anti-Dühring, Generalidades, 1º parágrafo). Em meu artigo anterior já me referi às causas concretas que, segundo penso, geraram inevitavelmente os erros de que procuramos fazer autocrítica.

A afirmativa de José Gorender de que na minha opinião estes erros CONTINUAM sendo inevitáveis é inteiramente gratuita. Tais erros constituem agora a causa dos esforços realizados pelo Partido e sua direção para as modificações indispensáveis e inevitáveis na vida interna do Partido nos seus métodos, no seu Programa, na sua tática. E é isto o que já vem se dando, pois a roda da história não anda para trás.

O camarada José Gorender coloca-se mais de uma vez contra a dialética. Absorvido com a inevitabilidade dos erros, admite que estes possam tornar-se um MOMENTO ETERNO (o grifo é meu — CM) no processo do conhecimento da verdade. O camarada José Gorender esqueceu-se que a única coisa absoluta na

CARLOS MARIGHELLA

natureza e na sociedade é o movimento. A dialética revolucionária ensina que o movimento é uma lei objetiva da realidade. Baseados nisto, aprendemos da dialética que os objetos e fenômenos da natureza estão sujeitos a contradições internas, todos têm um lado positivo e negativo, passado e futuro, o velho e o novo, o que morre e o que nasce. Este é o processo que possibilita e condiciona as transformações de quantidade em qualidade. Apesar disto, o camarada José Gorender acredita em «momento eterno» e se mostra temeroso.

Entretanto, nossa preocupação é estimular o processo, fazer a autocrítica para avançar. Na luta para melhorar e aperfeiçoar nosso Partido, elevar seu nível teórico, político e ideológico, reforçar suas ligações com as massas, não vejo o espontaneísmo, de que tanto se arreceia José Gorender. O que há é um esforço coletivo de todo o Partido e sua direção para a correção dos erros. É curioso como o camarada José Gorender ain-

da insiste em falar de resistência dos dirigentes à autocrítica e em ausência de qualquer definição de responsabilidade pessoal pelos erros. Não creio ser necessário repetir ao camarada José Gorender o que, em meu artigo anterior, já foi dito por mim ao camarada Quintino de Carvalho. O camarada José Gorender pode ficar tranqüilo, as responsabilidades pelos erros nós os assumimos.

O que não se pode admitir, porém, é que os erros sejam colocados como o predominate e os acertos como o secundário. Isto levaria à negação do nosso Partido.

Quanto ao internacionalismo proletário, penso que não há nada mais a acrescentar como objeção ao que se refere o camarada José Gorender. Não se pode negar que o PCB acertou, no fundamental, em relação ao internacionalismo proletário. No passado sempre tivemos uma atitude de solidariedade para com a URSS e o PCUS e para com todos os povos que lutam pela sua liberdade e to-

dos os partidos comunistas e operários. Os erros que cometemos, como no caso da Iugoslávia e dos comunistas iugoslavos não nos tiram a condição de um partido internacionalista. Aprendemos com estes erros para não repeti-los.

Não é justo afirmar, como faz o camarada José Gorender, que eu procuro justificar erros com outros erros, como o de Boris Nicolaewsky. O erro deste camarada foi grosseiro e absurdo. Em seu artigo ele atacou a União Soviética, reprovando a atitude da Pátria do Socialismo no caso da Hungria. Este foi o erro também de Ernesto Luiz Maia, o principal porta-voz em nossa imprensa dos ataques à União Soviética. Não se pode em são juízo comparar o erro grosseiro de Boris Nicolaewsky com qualquer outro que tenhamos cometido. Nosso Partido e sua direção não podem ser acusados de tal erro, ou melhor de tal ataque, que é por todo o Partido desaprovado, repellido e combatido.

Em conclusão, não se fica sabendo com este artigo de José Gorender o que ele realmente deseja: se é defender ou continuar tergiversando o internacionalismo proletário.

1 — O XX Congresso do P.C.U.S. foi um acontecimento histórico. Esse concluiu traçou novas perspectivas de lutas para todos os povos oprimidos e nos trouxe grandes ensinamentos. Entre estes, devemos valorizar o chamamento ao estudo do mais justo caminho para o socialismo e o combate ao sistema do culto à personalidade. Estamos, assim, frente a duas tarefas importantes: encontrar o mais viável caminho brasileiro para o socialismo e tornar nosso Partido um instrumento capaz de aplicar uma justa direção partidária em função deste objetivo.

O XX Congresso foi um farol que veio iluminar a marcha para novos êxitos, na luta pela paz, a democracia e o progresso de nossa pátria.

2 — A abertura dos debates pelo C. C. e a discussão que travamos refletem o desejo honesto dos comunistas brasileiros em seguir ao nosso povo, mas entendo que o Projeto de Resolução devia ser mais claro. Este documento levanta uma série de conclusões do XX Congresso; analisa as condições políticas do nosso país; traça uma orientação à luz dessa análise; dá sua opinião sobre os efeitos nocivos do culto à personalidade e indica certas medidas para sua correção, mas deixa omissa a questão do nosso caminho para o socialismo. A falta do pensamento do C. C. sobre esta questão veio impossibilitar uma maior discussão deste importante tema e prejudicou uma melhor objetividade dos debates. Sou um dos que vejo no Projeto de Resolução um grande instrumento para solução de muitos problemas que entravam nossa direção partidária. Mas, ao mesmo tempo, penso que só teremos uma acertada clareza das questões táticas quando o campo ficar definido sobre a nossa luta pelo socialismo. Se esta tarefa tivesse sido enfrentada pelo C. C., o Projeto de Resolução seria mais rico de conclusões e teria, por força da lógica, examinado desde logo o Programa do Partido com espírito crítico e autocrítico, maneira aliás recomendada para todos os militantes.

3 — É sabido que o XX Congresso deu seu ponto de vista sobre as formas de transição dos diferentes países ao socialismo. Entendo que as coisas no Brasil serão encaminhadas mais ou menos da maneira que passamos a expor. Há possibilidade de se levar nosso país por via pacífica para a estrada do socialismo, através do aproveitamento das atuais formas de domínio político da burguesia, sem, no entanto, subestimar e até mesmo admitindo os choques armados com os elementos entreguistas de fora e de dentro do aparelho de Estado. Parto desta premissa, porque entendo que a frente única que se está formando não aceitará e nem lutará por um regime democrático-popular, com a derru-

## QUAL SERÁ O NOSSO CAMINHO PARA O SOCIALISMO ?

OMAR SILVA  
(Rio Grande do Norte)

badada violenta das normas constitucionais vigentes e da atual modalidade de governo. As diversas classes e camadas que estão formando a frente única lutarão por um Regime Democrático Progressista e aceitarão a formação de um Governo Democrático de Libertação Nacional. Através de um regime Democrático Progressista e de seu governo, com a mesma estrutura atual, poderemos obter medidas que levem à transição para o socialismo.

4 — As condições econômicas, sociais e políticas de nosso país reclamam uma mudança, mas esta não se realizará em uma bela manhã, como dizem os chineses. Ela será feita dentro de um espírito evolutivo e dentro de um tempo mais ou menos curto. A clareza das questões que o curso dos acontecimentos internos e externos vai provocar, será o elo de união e ação das forças da democracia, do progresso e da libertação nacional do Brasil. No impulsionamento dessa união e ação, o nosso Partido exercerá sempre o papel de vanguarda e a classe operária terá uma função saliente na Frente Única e na solução das tarefas progressistas do nosso povo. O caráter violento e até mesmo armado que pode vir a caracterizar nossa luta, será provocado pelas forças de traição nacional e até mesmo pela agressão direta do imperialismo americano, do que já temos exemplo nas bases americanas atualmente se instalando em nosso território. Mas, nunca perderemos a noção pacífica das transformações que iremos realizar.

5 — Os fatores internos e externos que determinarão a nossa rota em procura do caminho socialista serão os seguintes:

a) a existência, a pujança e a força de penetração nas massas das idéias do campo do socialismo e da paz;

b) as modificações na política internacional e nacional favoráveis à paz, à democracia e ao socialismo, que se processarão em futuro próximo;

c) o agravamento ainda maior da crise econômica do capitalismo e a restrição do

campo de manobra dos belicistas e dos agentes norte-americanos em todo o mundo e em nossos países;

d) o espírito nacionalista, de paz e libertação nacional do nosso povo;

e) a impossibilidade de realização de uma política em benefício de nossa pátria pelos elementos ligados ao imperialismo ianque e pelo próprio imperialismo.

## Algumas Considerações Sobre a Nossa Imprensa

IVO TEIXEIRA

Pretendo entrar nesse empolgante debate, procurando contribuir com um mínimo que seja, para a melhoria de nossos métodos de trabalho. Já é chegado o momento de expressarmos com exatidão as aspirações mais sentidas das massas populares do Brasil.

Os nossos debates vêm melhorando e já procuram aprofundar estudos de assuntos brasileiros, voltando-se assim "para o estudo concreto de uma realidade concreta."

Quero falar sobre os nossos jornais. Eles estão atingindo muito pouco as massas populares, justamente para as quais são feitos.

Penso que a causa disto é o desconhecimento que temos dos problemas que mais afligem o nosso povo. Os nossos jornalistas devem pesquisar seriamente esses problemas junto do povo para assim melhor refletirem suas divindicações.

De modo que devemos também modificar a orientação dos nossos jornais nos Estados. Eles são mais cópias dos jornais do Rio. Precisam estudar

a realidade concreta onde atuam para se tornarem lidos pelo povo e o educarem.

O Brasil é um país de desenvolvimento muito diferenciado e pouco habitado. Nosso desconhecimento do Brasil é muito grande em todos os aspectos: econômicos, político, social e histórico. Acho ser uma grande tarefa de nossos jornais fazê-lo conhecido de todos os brasileiros, em todos os seus aspectos.

Nossas redações devem organizar questionários completos e remeter aos amigos de todos os municípios. Os jornais se aparelhariam assim de dados úteis e de procedência de um amplo trabalho de seus leitores, os quais passariam a conhecer melhor a realidade municipal e estadual.

1 — Porque nossa imprensa tem pequena penetração nas massas populares?

a) — Nossa imprensa não conhece com profundidade os problemas que mais afligem o nosso povo.

b) — Nossos jornalistas devem passar a ter contatos diretos com o povo e pesquisar

Para ampliação e ação da Frente Única precisamos concentrar nossa luta em três tarefas imediatas:

a) luta contra a carestia de vida;

b) defesa da Constituição e das liberdades democráticas;

c) por uma política interna e externa de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

É este o meu pensamento. Quando o nosso Partido for ganho para a discussão do caminho brasileiro para o socialismo, muitas idéias e sugestões podem surgir e eu farei tudo para estudá-las. Prometo não ser "espírito de porco" na defesa dos meus pontos de vista, mas estou pronto para defendê-los.

as causas por que nossa imprensa não se torna de fato numa imprensa popular.

c) — Os jornais dos Estados devem passar a refletir mais os problemas que lhe são inerentes e não constituírem apenas cópias de jornais do Rio.

d) — Nossos jornalistas devem viajar através do Brasil para ficarem conhecendo a nossa realidade e os problemas de cada região.

e) — Enviar para todos os Estados e municípios questionários — pesquisa dos problemas dos mesmos.

f) — Estudo histórico, econômico e social do Brasil.

g) — Curso de história e da realidade nacional.

h) — Curso de jornalismo para o pessoal da redação.

i) — Ativo entre publicitários e jornalistas amigos do Partido.

j) — Examinar as possibilidades e as vantagens que poderão advir com a transformação do diário em vespertino.

k) — Reelaborar um plano de distribuição do jornal.

# O Projeto de Resolução e as Causas de Nossos Erros

AGOSTINHO DIAS DE OLIVEIRA

Com a abertura da discussão dos documentos do XX Congresso do PCUS, através do Projeto de Resolução do CC do PCB, o nosso Partido iniciou os primeiros passos para corrigir os seus erros. Os artigos que vêm sendo publicados na «Tribuna de Debates» vieram revelar o grau de conhecimentos políticos, teóricos e culturais existente nas fileiras do Partido.

Os documentos discutidos e aprovados pelo XX Congresso do PCUS são um manual de ensinamentos para todos os comunistas do mundo. A leitura atenta desses documentos não nos ajuda a compreender o significado autocrítico do Projeto de Resolução do CC do PCB. Nesse documento o CC aponta as causas de nossos erros, muito embora se limite a caracterizar as debilidades que considera fundamentais, como as seguintes: «As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudillescas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira».

Essas denúncias de nossos erros apresentadas pelo Projeto de Resolução do CC, abriram para todo o Partido condições novas para aprofundar o estudo das causas de nossos erros e debilidades e descobrir as suas origens, a fim de extirpá-los com as suas raízes num processo longo e persistente. Mas, para que essa denúncia dos erros no trabalho do Partido produza resultados positivos, é preciso colocar os interesses do Partido e da classe operária a salvo das influências estranhas que poderão causar nefastas consequências. Só compreendendo o importante papel de vanguarda da classe operária que o nosso Partido vem desempenhando há mais de 35 anos, no desenvolvimento das lutas de nosso povo pela paz, pelas liberdades democráticas e o progresso social de nosso país, é que poderemos analisar os erros cometidos nessa trajetória histórica e tomar medidas para corrigi-los a tempo, a fim de continuarmos merecedores da confiança que sempre depositaram nele as massas trabalhadoras e populares.

Precisamos voltar a afirmar que o nosso Partido nasceu e se desenvolveu sob a influência e ajuda solícita do PCUS e que continuamos a ver no PCUS e no seu CC, o exemplo e a sabedoria, e confessarmos que o nosso erro foi ter copiado de certo modo de forma dogmática as formas e métodos de organização adotados pelo PCUS, e que só agora, após a denúncia do culto à personalidade, começamos a constatar que tais formas e métodos não se adaptam às nossas condições.

Essa é a autocritica que devemos fazer, e sendo levada a efeito pelos velhos quadros fundadores do Partido muito ajudará os novos militantes a corrigir os seus erros, pois os erros que constatamos atualmente não estão desligados do nosso passado, o qual tem um grande saldo positivo, mas muito contribuiu para as condições em que nos encontramos.

Não é justo querermos corrigir os erros e defeitos na vida do Partido, os quais estão arraigados em todos nós, obscurecendo todo um passado de lutas e sacrifício. O nosso Partido jamais arriou a bandeira de lutas em defesa da classe operária e do povo. Negar isso significa cair em extremo oposto, é negar o que foi realizado, e que constitui patrimônio do Partido. Mas, devemos ter a coragem comunista de denunciar publicamente que, em nosso Partido, desde a sua fundação, não fomos capazes de aplicar de modo correto os ensinamentos leninistas, e por isso o princípio de direção coletiva não era aplicado totalmente. Quase sempre predominava o método impositivo, que deu origem ao mandonismo. Muitas vezes, quando não conseguíamos vencer pela persuasão os militantes ou os organismos inferiores, das diretivas e das resoluções dos organismos superiores, apelávamos para o método impositivo, o que levava à aceitação formal e sem resultado prático para o Partido das resoluções que vinham de cima.

Julgo que os nossos erros e defeitos, que precisam ser corrigidos no menor prazo possível, são os de natureza orgânica, os quais nos darão grande trabalho para corrigi-los, pois estão ligados a vários fatores tanto de natureza política e ideológica, assim como às condições econômicas, políticas e sociais existentes num país semicolonial e semifeudal, com um proletariado em formação, que não possui tradição de organização. Esses elementos, ao chegarem ao Partido, trazem todos os defeitos de sua formação, cabendo, portanto, ao Partido reeducá-los e dar-lhes muitas vezes consciência de classe. Isso acontece também com os elementos de origem pequeno-burguesa.

Começo apontando apenas os erros de natureza orgânica, com o objetivo de encontrar os meios que nos levem a corrigir, e se for possível liquidar os defeitos no funcionamento do Partido como organização centralizada e unificada. Nas incompreensões do papel do Partido como vanguarda consciente e organizada da classe operária, é onde se encontram as causas fundamentais do autoritarismo e do mandonismo pequeno-burguês que imperavam em nosso Partido e que levaram as direções à não observância dos princípios de direção coletiva, ocasionando a supressão da democracia interna, a subestimação, portanto, dos princípios fundamentais leninistas que regem os Partidos marxistas.

Pretendo apontar erros e defeitos que são de meu conhecimento há mais de 25 anos de vida partidária, assumindo a responsabilidade por ter participado em muitos deles. Sempre dei minha colaboração direta ou indireta na orientação do Partido e jamais protestei ou me coloquei, nas reuniões dos organismos em que participei, contra os erros e defeitos que considero atualmente. Assumo, assim, a responsabilidade dos erros e defeitos do trabalho do Partido, tanto pelos métodos atualmente considerados errôneos, como pelas posições políticas assumidas pelo Partido. Julgo que assim é que devemos compreender as teses de Lênin, formuladas no II Congresso do POSDR, relativas ao elevado título de membro do Partido, a qual diz: «Cada membro do Partido é responsável por todo o Partido e o Partido é responsável por cada um de seus membros».

Considero que os erros de nosso Partido, desde a sua fundação, tem sua causa fundamental em razões ideológicas,

em primeiro lugar. Os demais são relacionados a este erro principal. Os elementos intelectuais pequeno-burgueses, que vieram ao Partido em busca de uma saída revolucionária para os difíceis problemas econômicos, sociais e políticos que vieram à tona após o término da 1.ª guerra mundial, não examinaram, como era preciso e necessário, as causas que levaram a classe operária brasileira às greves, e até a pegar em armas contra a reação policial, dando um caráter insurrecional a essas lutas, assim como a posição que assumiu de solidariedade ativa à revolução proletária vitoriosa na Rússia. Os fundadores do Partido, não examinando em profundidade essas causas, caíram naturalmente, como caíram, no idealismo pequeno-burguês de organizar o Partido da classe operária desligado da realidade existente, quebrando assim os vínculos que unem a classe com a vanguarda. Dêsse modo foi difícil para o Partido recém-fundado manter no mesmo auge as lutas da classe operária como a situação estava exigindo. Por isso, foi e vem sendo difícil a formação dos «chefes da classe operária». O trabalho de organização não correspondeu às aspirações e ao entusiasmo revelado na época pelas massas que procuravam uma guia e dirigente para as suas lutas, e o Partido surgido nesse ascenso revolucionário ficou, após a sua fundação, quase que limitado a pequenos grupos sofrendo a influência golpista dos movimentos tenentistas que eclodiram no país depois da fundação do Partido.

A composição do Partido até 1930 era em maioria de intelectuais, estudantes e profissões liberais, originários da pequena-burguesia urbana e rural. Essa composição se refletia, como era natural, nas direções do Partido, ocasionando uma divisão dos dirigentes e dos elementos que obedeciam, exercendo aqueles grande influência ideológica nos elementos operários.

Os elementos de origem proletária, que conseguiram se desenvolver política e ideologicamente, foram aqueles que por várias circunstâncias e por não encontrarem trabalho, devido ao boicote dos patrões e empresas, que os consideravam agitadores devido às suas atitudes, foram obrigados a se tornarem revolucionários profissionais.

O funcionamento irregular das células do Partido nesse período deu lugar às ordens, e às resoluções de caráter individual, seiva em que se alimentou o mandonismo, o qual se sobrepôs ao trabalho coletivo. Os falsos métodos de direção adotados desde a fundação do Partido é que deram lugar ao mandonismo, mas devemos procurar outras causas além das apontadas acima. Outra causa da origem do mandonismo foi sem dúvida o desligamento que se operou entre o Partido e as organizações inferiores da classe operária. Dêsse modo, o Partido, como forma superior de organização, passou a substituir as organizações inferiores. Essa incompreensão levou o Partido a bastar-se a si mesmo.

Denunciar o mandonismo e os métodos autoritários usados em nosso Partido como um mal contagioso, que nasceu e cresceu juntamente com o Partido, num clima de falta de democracia interna e de respeito pelos princípios fundamentais de organização formulados por Lênin, é um dever de cada comunista.

O período de 1930 até 1935, por vários fatores, foi o de melhor funcionamento do Partido como organização política. Os CC. RR. realizavam seus Plenos regularmente, os ativos de organização, agitação, finanças, etc., muito ajudavam ao controle das tarefas do Partido. Os organismos inferiores procuravam seguir os exemplos das instâncias superiores, as células realizavam suas reuniões mais regularmente. O mandonismo tinha dificuldade de se desenvolver, devido a um funcionamento mais regular, mas, mesmo assim, proliferava em algumas regiões através de delegados do CC e onde conseguia exercer influência causou sérios prejuízos ao Partido.

O mandonismo neste período se acobertava da tendência sectária e de certa dose de aventurismo pequeno-burguês, motivado pelo ascenso das lutas que se travavam contra a reação policial e a dominação do fascismo, com a estruturação do integralismo em nosso país. A linha política traçada após a proletarização do Partido nos levou a cometer sérios erros de natureza sectária, nos isolou do movimento sindical, dividindo este movimento em ministerialista e independente. Só em 1934 começamos a corrigir esse erro, mas, apesar dos erros cometidos nesse período, o Partido tanto avançou no terreno da organização como exerceu grande influência não só nas massas operárias e populares mas também nas camadas médias e na própria burguesia nacional, pois, neste período, sob a orientação do Partido, conseguimos organizar a A.N.L. (Aliança Nacional Libertadora), que em menos de três meses estendeu-se em todo o país.

Este avanço do Partido nesse período deu lugar a chegarmos ao ano de 1935 com um Partido mais combativo, ligado às massas e armado revolucionariamente para enfrentar as tarefas da insurreição nacional libertadora. Se não fossem certos fatores já analisados pelo camarada Prestes, no seu informe ao IV Congresso de nosso Partido, o movimento de 1935 teria sido vitorioso.

Após a insurreição de 1935, o nosso Partido atravessou um período de crise orgânica, que se refletiu em sua atuação política. Tendo o CC ficado incompleto, o revisionismo predominou no núcleo dirigente, sendo adotada uma linha nacional-reformista que levou os elementos mais firmes ideologicamente a afastarem como trotskistas uma parte do CC. Essa situação acarretou sérios prejuízos no Partido, que não foi capaz de se rearticular nacionalmente, só conseguindo a superação dessa debilidade após a organização da CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), a qual procurou rearticular o Partido em sentido nacional.

A CNOP teve que travar uma batalha a fim de vencer as dificuldades opostas ao seu trabalho, motivadas pelo desprestígio de alguns membros do CC que capitularam frente à reação policial, e pela luta que travavam não só a polícia como os elementos liquidacionistas que eram contra a reorganização do PCB e advogavam a criação de um par-

tido que incluísse em seu selo todos os elementos de «esquerda». Os liquidacionistas foram derrotados e o Partido prosseguiu a sua trajetória histórica.

A CNOP, apesar dos erros que cometeu, teve um mérito: travou a batalha pela reorganização do Partido e coroou todo o seu trabalho com a realização da Conferência da Mantiqueira. O trabalho realizado pelos dirigentes da CNOP, que resultou na derrota dos liquidacionistas, não foi analisado de modo crítico e autocrítico, vendo-se os lados positivos e os negativos do trabalho realizado. A análise das experiências só viu os lados positivos, sendo portanto unilateral, o que levou a que os êxitos do trabalho subissem à cabeça dos dirigentes eleitos para o Comitê Nacional do Partido na Conferência da Mantiqueira.

A nossa auto-suficiência como dirigentes do Partido crescia à medida que os nossos êxitos aumentavam, em virtude dos métodos de organização adotados após a Conferência da Mantiqueira, baseados nas células de empresas e na formação de quadros proletários. Isso deu lugar a um crescimento planejado do Partido nas grandes empresas e concentrações operárias e, conseqüentemente, ao crescimento do movimento de massas e sindical, que foi o fator fundamental para quebrar a espinha dorsal da reação.

A conquista da legalidade em 1945 decorreu de vários fatores, tanto de natureza objetiva como subjetiva, sendo que o predominante foi sem dúvida o de natureza objetiva: foi a vitória sobre a Alemanha nazista. O de natureza subjetiva foi a nossa contribuição para essa vitória, com a mobilização do povo a fim de organizar a FEB e o seu envio aos campos de batalha da Europa. Essa nossa contribuição procuramos enaltece-la em todos os momentos, mas não obscurecemos que, no fundamental, foi a vitória dos países aliados, com a União Soviética à frente, que possibilitou a conquista das liberdades democráticas e conseqüentemente a legalidade para o nosso Partido em 1945.

O período que antecedeu a legalidade foi pontilhado de dificuldades tanto do ponto de vista da organização do Partido como de natureza política. Mas o CN e o Birô Político preocupavam-se com as tarefas da organização do Partido e com os princípios leninistas de organização. Realizavam-se grandes esforços no sentido de regular funcionamento das células de empresas, as quais eram assistidas por elementos responsáveis. Neste período a direção se encontrava mais próxima das bases do Partido. O mandonismo não encontrou ambiente para se desenvolver, muito embora existisse em todos nós o germe dessa erva daninha, mas, como sistema, o mandonismo não encontrava apoio na direção do Partido, porque esta destacava os companheiros mais firmes política e ideologicamente para as regiões onde mais dificuldades existiam no terreno da organização do Partido e estes elementos procuravam ressaltar os princípios marxistas-leninistas nos quais a direção procurava escudar-se. Julgo este um dos lados positivos da direção eleita na Conferência da Mantiqueira.

Devemos confessar que, no período da legalidade, o trabalho de organização do Partido não esteve à altura das necessidades do crescimento do Partido, que passou de 4.000 membros para 200.000 num curto período de menos de dois anos. Isso porque, não adotamos uma nova política de organização e os métodos continuaram os mesmos do tempo da ilegalidade. A prática tinha mostrado que estes eram justos para um pequeno Partido na ilegalidade. Esse nosso erro neste período contribuiu em grande parte para que o Partido se hipertrofiasse, levando a que não surgissem novos quadros capazes, como a situação exigia. Promoviam-se aos postos de direção dos Comitês Estaduais e até do Comitê Nacional camaradas que gozavam de nossa confiança pessoal, e a isso considerávamos «promoção audaciosa». Isso não quer dizer que não se tenham formado nesse período grande número de quadros abnegados, que as lutas do novo período de ilegalidade comprovaram.

Foram esses erros, em minha opinião (salvo melhor julgamento) os que mais contribuíram para o florescimento e desenvolvimento do mandonismo, como sistema, que atingiu todo o Partido, o que nos levou à subestimação dos princípios leninistas de organização do Partido, dando lugar à superestimação dos dirigentes, ao ponto de as organizações do Partido ficarem esperando que os dirigentes aparecessem para resolver os mínimos problemas. As iniciativas de baixo, por mais que as solicitássemos, elas não podiam vir. Como era natural, os organismos aguardavam as ordens de cima, da direção. As células que, no princípio da legalidade, reuniam mais regularmente, passaram a reunir-se quase sempre com a presença de um dirigente, «convidado», que sabia de tudo e resolvia todos os problemas, ou dava receitas de como resolvê-los por mais difíceis que fossem.

Os métodos de direção adotados na legalidade não contribuíram para que os CC. RR. utilizassem os direitos que lhes facultavam os Estatutos. Muitos problemas das regiões ficavam aguardando solução por tempo indeterminado. A Comissão Executiva e o Secretariado do C.N. exerciam um centralismo que prejudicava o funcionamento do Partido como organização política de caráter nacional. Esses erros, tanto os de natureza política, como, especialmente, os de natureza orgânica, levaram o Partido em seu conjunto à perda do entusiasmo demonstrado com a conquista da legalidade e as condições existentes, porque tinham que ficar esperando tudo de cima, contribuindo essa anomalia para transformar os dirigentes em praticistas e não em dirigentes políticos, como a situação objetiva estava exigindo.

Após o fechamento do Partido, os organismos existentes, em conseqüência dos erros da legalidade, tiveram dificuldades de reunir-se, não só pela falta de experiência de vida clandestina, mas, fundamentalmente, pelo vício do assistente que se tornou normal no período da legalidade. Para superar essa dificuldade, organizaram-se os grupos de militantes abnegados, capazes de realizar qualquer tarefa, e só assim o Partido foi consolidando sua estrutura orgânica na ilegalidade, graças ao exemplo de compreensão e sacrifício de

(Conclui na 7ª página)

# O PROJETO DE RESOLUÇÃO E AS CAUSAS DE

(CONCLUSÃO DA SÉTIMA PÁGINA)

uns poucos, que tiveram que enfrentar a reação policial contra os jornais populares e realizar a recuperação do Partido com os seus militantes inscritos na legalidade. Trabalho árduo e difícil, em virtude das tarefas espinhosas que cada militante tinha que enfrentar na aplicação da linha política traçada pelo Manifesto de Janeiro de 1948 e depois com o Manifesto de Agosto de 1950. Neste período revelaram-se novos quadros capazes e abnegados, assim como veio à tona o que havia de oportunistas encobertos nas fileiras do Partido, resultado do recrutamento indiscriminado e das promoções audaciosas.

Neste período de nova ilegalidade, novos métodos de organização foram adotados, a fim de melhorar o funcionamento dos organismos partidários, tais como a redução do número de membros do CC, a fim de torná-lo um centro político dirigente mais operativo, o que produziu algum resultado positivo, como a planificação dos cursos para elevação do nível político, ideológico e teórico de todo o Partido, por onde passaram com aproveitamento milhares de militantes. Mas devemos denunciar os lados negativos desse novo método adotado, pois ele favoreceu o arbítrio e o mandonismo em todos os escalões do Partido, predominando as tendências sectárias que causaram sérios prejuízos ao Partido.

Com a aprovação do Projeto de Programa e de Estatutos e, conseqüentemente, a convocação do IV Congresso, melhorou bastante o funcionamento do Partido e iniciou-se em palavras a autocritica dos erros do Manifesto de Agosto. A discussão dos dois importantes documentos concorreu para que inúmeras Organizações de Base, que não vinham funcionando, realizassem assembleias para discutir os Projetos de Programa e Estatutos e eleger delegados às Conferências Distritais e de Empresas, o mesmo acontecendo com as demais Conferências até chegar ao IV Congresso. O Partido foi mobilizado e grande entusiasmo predominou na preparação do Congresso, mas, apesar da melhoria do funcionamento do Partido de baixo até em cima, os métodos sectários e o mandonismo prevaleceram, muito embora não dessem para obscurecer os lados positivos que se constataram com a realização do IV Congresso de nosso Partido.

O IV Congresso foi o maior acontecimento na vida de nosso Partido desde a sua fundação, pois, existia em nosso Partido uma geração de militantes que não participaram do III Congresso, realizado há 25 anos passados, e assistiam pela primeira vez ao funcionamento do organismo supremo do Partido, não havendo portanto, experiências dos Congressos anteriores. Esta foi uma das causas para que, no decorrer do Congresso, também aflorassem os métodos correntes na vida do Partido, principalmente o centralismo exagerado, onde o mandonismo se caracterizou como erro principal.

A denúncia desses erros pode servir para corrigir as debilidades constatadas no trabalho do Partido, e é com esse objetivo que aponto os fatos acima citados, assumindo a responsabilidade pelos erros cometidos. Não individualizo os erros apontados porque julgo que a responsabilidade é de todos nós, dirigentes do Partido, especialmente dos quadros mais antigos, que deviam ter mais experiências e exercer uma maior vigilância revolucionária capaz de não permitir que os princípios leninistas fossem omitidos a tal ponto que os indivíduos chegassem a se sobrepor aos organismos do Partido como denunciou o camarada Prestes no seu informe

ao IV Congresso, que diz: «A luta pela aplicação do princípio da direção coletiva em todas as instâncias do Partido está intimamente ligada à luta ideológica contra uma das piores e mais persistentes manifestações da ideologia da pequena-burguesia nas fileiras do Partido — o individualismo dos que procuram impor suas opiniões pessoais, substituir o trabalho dos comitês do Partido pelo trabalho individual, sem reuni-los por longos períodos ou que os reúnem apenas para aprovação formal de decisões individuais muitas vezes já postas em prática».

Todos esses fatos devem ser denunciados a fim de corrigirmos em tempo os defeitos e erros no trabalho político e de organização do Partido. Os documentos do XX Congresso do PCUS denunciam com vigor os erros praticados pelo Partido em um longo período, os quais causaram sérios prejuízos ao Partido e ao Estado Soviético. Foi percorrendo esse caminho leninista, de denunciar os erros, que o PCUS seguiu o justo caminho para o restabelecimento da democracia interna e da direção coletiva, resultando daí o aprimoramento da legalidade socialista.

Acho que, a democratização da vida do Partido, é uma necessidade imperiosa, mas não compartilho da opinião daqueles que entendem por democracia o liberalismo, a falta de disciplina, a discussão fora dos organismos do Partido e até insinuações e calúnias contra os dirigentes do Partido, com o objetivo de desprestigiar os, o que significa desprestigiar a direção do Partido, conseqüentemente, a quebra da unidade do Partido. Isso eu considero anarquia, ou liberalismo pequeno-burguês em desespero, que não leva a lugar nenhum, e sim contribui para desacreditar o Partido e os seus organismos dirigentes. São exemplos dessas posições falsas os artigos de alguns membros do Partido publicados nos jornais populares, os quais contribuíram para criar um clima favorável à quebra da unidade monolítica, que é um dos princípios básicos dos Partidos marxistas-leninistas.

Devemos exercer o máximo de vigilância no sentido de não permitir que, após a discussão dos documentos do XX Congresso do PCUS e do Projeto de Resoluções do PCB, se violem os princípios marxistas-leninistas impunemente. Acreditamos que a maior debilidade de nosso Partido desde a sua fundação foi não termos zelado como era de nosso dever pelos princípios marxistas-leninistas, concretamente.

Acho que precisamos, sem sectarismo, afirmar que o nosso Partido tem as portas abertas para os melhores filhos da classe operária e do povo, mas que precisamos transformar em comunistas todos aqueles que vêm ao Partido e vêem nele o único guia e dirigente de suas lutas. Mas os métodos e formas de organização fazem com que muitas destas pessoas venham ao Partido e não encontrem aquilo com que sonhavam. É idealismo pensar que o Partido é uma coisa perfeita, mas devemos tudo fazer para que o Partido da classe operária seja o exemplo em todo o terreno, como a forma superior de organização.

Precisamos corrigir os métodos de recrutamento pois os adotados são ainda espontaneístas, o que revela a subestimação do papel do Partido como dirigente da revolução brasileira, e é por isso que recrutamos e não conseguimos estruturar a todos. Muitos desses recrutados permanecem nas fileiras do Partido de modo irregular, não pagando as suas contribuições regularmente, não realizando tarefas, enfim,

não cumprindo com seus deveres estatutários, mas se arrogam o direito de criticarem e só vêm os defeitos do Partido. Pouco se interessam pelo fortalecimento, melhoramento político, ideológico e orgânico do Partido.

O nosso Partido precisa sair da situação atual, e acreditar que com a discussão que estamos travando em todo o Partido para o restabelecimento da democracia interna e da direção coletiva encontraremos os caminhos justos de corrigirmos os erros e defeitos repetidas vezes enumerados neste artigo e nos demais que vêm contribuindo de forma crítica e autocritica para que a Comissão designada pelo CC elabore a Resolução sobre a preparação do V Congresso do Partido.

Desde a legalidade que tomamos resoluções para que o centro de gravidade do Partido fossem as Organizações de Base, e atualmente, com o restabelecimento da democracia interna e da direção coletiva, se faz imprescindível que as Bases do Partido tenham iniciativas criadoras e sejam o fato o instrumento de ligação das massas trabalhadoras e populares com os organismos dirigentes do Partido. Para isso se torna necessário que cada militante seja, na medida do possível, um ativista, esteja estritamente ligado às massas através das organizações de massas.

Devemos sugerir medidas no sentido de todos os organismos do Partido, estatutariamente, fazerem o controle das tarefas e resoluções, tanto executadas em cada organismo, como por cada membro do Partido, individualmente, pois, a falta de controle de cima a baixo em todos os organismos do Partido alimenta a falta de responsabilidade, a indisciplina e a falta de confiança recíproca entre dirigentes e dirigidos. A prestação de contas em todas as Assembleias, Conferências, Plenos e Congressos deve vir para a prática e não ficar só nos dispositivos estatutários.

Sugerir medidas de natureza orgânica, no sentido de constar nas próximas discussões sobre os Estatutos é nosso dever e uma contribuição no sentido do mesmo refletir a realidade brasileira. Para isso se torna necessário a mudança de alguns nomes na nomenclatura do Partido, tais como «Presidium», «Seções», assim como o restabelecimento dos Comitês Estaduais e Municipais, porque esses nomes estão mais próximos da realidade atual. Depois, com novas condições, poderemos estabelecer nova nomenclatura de acordo com as modificações econômicas, políticas e sociais do país.

Ao terminar, julgo que essa colaboração à discussão pode ajudar ao debate crítico e autocritico no sentido de melhoramento, e talvez da liquidação dos aspectos negativos do trabalho do Partido e a correção dos erros tanto de natureza político-ideológica como organizativa.

Devemos reconhecer que, com a discussão dos documentos do XX Congresso do PCUS, foi inaugurada uma era nova em nosso Partido. Hoje, todos os membros do Partido, amigos e simpatizantes, vêm sem receios escrevendo nas colunas dos jornais populares, fazendo críticas, sugerindo medidas e dando suas opiniões pessoais, tendo em vista o fortalecimento do Partido, que não é mais privilégio dos «iluminados», e sim uma tarefa de cada membro do Partido. Por isso, acho que, após essa discussão, nosso Partido se encontrará mais forte e coeso, em condições de levar à prática as grandiosas tarefas de libertar o nosso povo do regime de opressão e exploração por parte dos latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano.

## Sobre a Política de Repressão do Governo Aramburu

(Conclusão da 9ª página) melhores condições de vida e de trabalho, pela democracia e a liberdade.

### TENTATIVA CONTINUISTA

«E nestas condições de ofensiva geral reacionária, sob o peso da lei do Estado de Sítio, a ameaça de aplicação da Lei 4.144, a constante mobilização militar dos trabalhadores, com os cárceres repletos de presos políticos e gremiais, com um processo aberto para o cancelamento da personalidade eleitoral do Partido Comunista, o governo de fato quer dar a impressão de «normalidade» e convoca «o povo» a eleições constituintes para que aprove as reformas que vêm de sua política continuista!»

### POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

Depois de lembrar que o Partido já alertara a classe operária e o povo que o governo não realizaria eleições democráticas, mas buscava assegurar o triunfo de um candidato que continuasse a mesma política, a declaração reafirma as propostas do Partido para a formação de um governo de ampla coalizão democrática, em que deviam e podiam participar os partidos políticos e os setores sociais dispostos a lutar por uma saída democrática com o apoio da imensa maioria do país, para normalizar quanto antes a situação institucional. «Os comunistas

partiamos e partimos do princípio de que sem um tal governo, tanto as eleições constituintes como as eleições gerais não podiam refletir a vontade nacional. Este princípio permanece válido. Mas agora, ante a nova situação que se está criando no país e pode desembocar em uma ditadura militar aberta, o Partido Comunista declara estar disposto a prestar seu apoio ativo a toda solução política e a todo governo que represente uma garantia de realização de eleições democráticas; que assegure a participação nas eleições de todos os partidos políticos, sem exclusões, e que entregue o poder ao partido — ou à coalizão de partidos — que obtenha maioria de votos em tais eleições».

«Os fatos expostos demonstram, pois, que esta coalizão é necessária porquanto não se trata somente de fazer frente a medidas repressivas contra o Partido Comunista, mas sim a uma política reacionária e de violenta repressão desencadeada contra toda a democracia argentina. Esta política antinacional e antipopular encontra resistência no que há de mais sã e patriótico de nosso povo. Resistem a ela os comunistas, a classe operária e os trabalhadores em geral, o campesinato, os estudantes e intelectuais, a pequena burguesia, as camadas progressistas da burguesia nacional, o setor democrático das forças armadas e a maioria imensa dos partidos políticos

de origem popular. Na unidade e na luta de todos estes setores está, pois, a garantia do triunfo de uma política nacional e popular em nosso país!»

### COMITÊS DE LUTA

«Nestes momentos cruciais para nossa pátria, o Comitê Central do Partido Comunista conclama toda a classe operária, o campesinato, todos os trabalhadores em geral, todas as forças democráticas e progressistas, todos os representantes e a massa de todos os partidos políticos de origem popular, o que há de mais sã e combativo em nosso povo, a unir-se sem distinções políticas e ideológicas, em comitês de luta, pela liberdade de todos os presos políticos e gremiais, pela ajuda material a eles e a suas famílias, pela defesa da democracia, a fim de deter a ofensiva reacionária do imperialismo, da oligarquia e de seus agentes, terminar com o ciclo dos golpes e dos contragolpes de Estado e das ditaduras militares que o país vem suportando desde 1930 e para conseguir a formação de um governo que assegure a realização imediata de eleições verdadeiramente democráticas, com a participação de todos os partidos políticos e encaminhe o país pelo caminho do bem-estar social, da democracia, da independência nacional e da paz».

## SOB AS MAIS VARIADAS FORMAS

(Conclusão da 3ª página)

(Fernando de Noronha, Petrópolis, Minérios, etc.), como foi deliberada a participação do nosso movimento universitário na campanha contra o projetado Pacto do Atlântico Sul, objeto da Conferência ora reunida em Buenos Aires. Foi ainda decretada uma greve geral, no próximo dia 20, de solidariedade à luta dos estudantes ao lado do povo cubano, contra a ditadura sanguinária de Fulgêncio Batista.

### PRIMEIRA SEMANA NACIONALISTA NO MARANHÃO

Promovida pelo Parlamento-Escola da tradicional Faculdade de Direito do Maranhão e pelo diário JORNAL DO POVO, terá início a 1.º de junho, na Capital maranhense, a 1.ª SEMANA NACIONALISTA DO MARANHÃO. A Comissão Central está integrada por destacadas figuras da vida pública do Maranhão, incluindo políticos de diversos partidos, magistrados, líderes sindicais, intelectuais e dirigentes estudantis, constando do temário todas as questões candentes do movimento patriótico e nacionalista. CENTRO NACIONALISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

Desenvolvem-se com grande entusiasmo os trabalhos de organização em Natal, do Centro Nacionalista, que tem à frente o próprio prefeito da Capital potiguar, Sr. Djalma Maranhão. Líderes de todas as atividades sociais integram o movimento que também congrega políticos de todas as correntes em torno da de-

fesa do nosso petróleo, da soberania e da economia nacionais.

### NAS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA

Nas jornadas de 1.º de Maio, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, manifestaram-se os trabalhadores em defesa da soberania nacional, de nossas riquezas e da nossa economia. Notadamente na I Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal foram aprovadas teses nacionalistas que revelam a consciência que têm os trabalhadores de que a conquista de melhores condições de vida e de trabalho está intimamente ligada aos mais graves problemas nacionais.

Sucedem-se, assim, as ações e manifestações patrióticas de

nosso povo, congregando, em verdadeira frente única nacional, representantes dos interesses de todas as classes e camadas sociais. Desde os líderes da classe operária até os mais autênticos representantes da indústria, do comércio e da lavoura, participam dos diversos movimentos, sob as mais variadas formas de organização e de ação.

A grave situação criada pelo entreguismo do governo, numa sucessão de pactos com os imperialistas opressores de nosso povo, e as manobras abertas e veladas que estão em curso, exigem, como resposta, precisamente este ascenso das lutas pela independência nacional que já se observa na Capital da República e nos Estados.



## Rádio de Moscou

TRANSMITE PROGRAMAS DIARIOS PARA O BRASIL DAS 19 AS 20 HORAS

Em castelhano: das 20 às 23 horas

As transmissões da Rádio Central de Moscou para a América Latina são feitas pelas ondas de 19, 25 e 30 metros.

Depois da realização do XX Congresso do PCUS, cuja importância é incomensurável para os destinos da humanidade em geral e para a classe operária em particular, muitos são os Partidos Comunistas e Operários que realizaram conferências e congressos para estudar e traçar uma linha política tendo em conta os ensinamentos desse maravilhoso conclave realizado na URSS, país dirigente e centro do movimento comunista mundial.

Em nosso país, apesar de certo atraso, o nosso Comitê Central discutiu e desceu um projeto de resolução no qual a direção máxima de nosso Partido tendo em vista os ensinamentos do XX Congresso colocava em debate nossa linha política, nossa tática, nossa política de organização, de quadros e de massas. Muitos comitês regionais e zonais, seguindo esta justa orientação do nosso CC, vêm realizando reuniões e debates para procurar, à luz dos ensinamentos do XX Congresso e do projeto de resolução do CC, qual a política a pôr em prática tendo em vista a situação histórica concreta da região ou zona.

Queria agora dar algumas opiniões sobre os debates procurando, na medida dos meus fracos conhecimentos e nível político analisar a resolução do CR DE MINAS GERAIS.

Os camaradas de M. Gerais procuraram estudar com bastante profundidade e responsabilidade os problemas da sua região. Vejo mesmo um espírito construtivo da resolução quando fazem críticas de modo geral justas e vejo a preocupação de dar uma virada no trabalho político do Partido em Minas Gerais. Os camaradas procuram dominar a realidade local, assumem posição internacionalista firme apoiando a ação da URSS na Hungria para derrotar a contra-revolução imperialista e fascista.

Acho que os camaradas têm razão ao analisar o reflexo do culto à personalidade, ressaltando a política injusta de quadros, mandonismo e despersonalização, como um fenômeno deste problema. Porém acho que é um pouco de exagero quando os camaradas jogam em cima do CC toda a responsabilidade deste problema. Neste sentido acho mesmo que não houve preocupação de fazer autocrítica pelo organismo. Senão vejamos: se este problema de mandonismo se dava em relação do CC para o CR, isto não acontecia do CR para os organismos inferiores? Outra coisa injusta é quando os camaradas dizem: «ERA CO-MUM QUE ENTRE UMA REUNIÃO E OUTRA UM MEMBRO DO CR FOSSE TRANSFERIDO SEM O CONHECIMENTO DO ORGANISMO. POIS QUEM DIRIGIA ERA O SECRETARIO E NÃO O COMITÊ». Os camaradas devem saber que isto é estatutário, pois o secretário tem este direito entre uma reunião e outra.

Queria tecer agora algumas considerações sobre alguns aspectos da realidade do Estado levantados pela resolução. Sem dúvida, acho que têm razão os camaradas quando assinalam o desenvolvimento industrial do Estado pois tenho em mãos dados do ano de 1954 que acusam as seguintes cifras do desenvolvimento industrial. Em Minas havia nesse ano somente ... 96.197 operários e a resolução acusa 150.000 operários em 1955. Disto podemos concluir que houve um aumento de mais de 40.000 operários, o que mostra um grande desenvolvimento industrial. Este aspecto me parece que influ-

# Considerações Sobre a Resolução do CR de Minas Gerais

nos camaradas do CR de Minas Gerais que daí partem para uma análise unilateral da situação em Minas. Porque, apesar deste crescimento, ele se dá em sacrifício da classe operária e não em sacrifício dos interesses dos grupos imperialistas nem da chamada camada dos latifundiários aburguesados nem da ajuda do governo mineiro. Por isso acho que os camaradas caracterizaram mal a burguesia mineira, e o que é mais grave, demonstraram ilusão de classe que pode levar nosso P. ao reboquismo.

Diz o documento do CR de Minas: «O proletariado industrial luta junto com a burguesia e demais forças progressistas do Estado, mas defende ao mesmo tempo suas reivindicações específicas. O desenvolvimento econômico de Minas não pode dar-se com sacrifício da classe operária». Isto, porém não se dá na realidade, pois pelos dados abaixo podemos assinalar qual é o grau de exploração de que é vítima a classe operária em Minas. Senão vejamos: de uma produção em 1954 cujo valor foi de DEZESSETE BILHÕES TREZENTOS E DOZE MILHÕES E SETECENTOS E DEZESSETE MIL CRUZEIROS, com a despesa em matéria-prima de DEZ BILHÕES CENTO E CINQUENTA E SETE MILHÕES E CENTO E TREZE MIL CRUZEIROS, o total de pagamentos em salários foi de HUM BILHÃO NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO MILHÕES E CENTO E TREZE MIL CRUZEIROS. Daqui se conclui que a média de exploração em 1954 foi de 370 por cento.

Vemos que o aumento do peso específico industrial em Minas se deu devido à exploração da classe operária e não da resistência ao imperialismo estrangeiro, como diz a resolução sobre a predisposição da burguesia mineira como classe na luta antiimperialista.

O documento levanta que existe sensível penetração do capitalismo no campo, porém esta afirmação, apesar de ter alguma justeza, entra em contradição com outra afirmativa do documento de que diminui a produção agrícola, pois a penetração do capitalismo na agricultura leva inevitavelmente ao aumento da produção agrícola. Não será que o aumento da produção do café e do arroz, como afirma o documento, não é consequência da intensificação do cultivo destes produtos, devido aos seus altos preços tanto no mercado internacional (café) como no mercado nacional (arroz)?

Os camaradas constatarem outrossim que os assalariados agrícolas podem se organizar e serão uma força, falam muito da união dos operários com a burguesia, mas não dizem nada da aliança dos operários com seu aliado fundamental, os camponeses. Aliás, descobrem uma nova camada na burguesia mineira: os LATIFUNDIÁRIOS ABURGUESADOS, que não é retrógrada. Não será que esses são os testas-de-funro em que os imperialistas se apoiam para explorar as «QUEZAS MINERAIS»?

Estou de acordo com o camarada Pomar quando diz que os camaradas dão a impressão de que já se realizou um Minas a revolução democrático-burguesa. Pois os camaradas afirmam que o

governo BIAS FORTES é o sustentáculo da POLÍTICA BURGUESA EM MINAS. Isto quer dizer que a justa caracterização feita por nosso programa, de que nosso governo é de latifundiários e grandes capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos, não se aplica mais em Minas.

Aqui cabe uma pergunta: será que o sr. Bias Fortes já deixou de ser latifundiário em Barbacena? E o sr. Juscelino Kubitschek que é a expressão da oligarquia mineira, não põe em prática uma política de sufocamento da indústria em benefício do imperialismo norte-americano? Porém isto parece que não é levado em conta no documento do CR de Minas.

Estou também de acordo com o camarada Pomar

## ERCLIR PENA OLIVEIRA

quando diz que os camaradas não levantam em seu documento a questão fundamental de toda revolução, isto é, a questão do poder. Isto ao meu ver é um problema sério. Tem-se a impressão de que a burguesia mineira devido a seu «ASPECTO LIBERAL», terá o poder infinitamente.

Acho que a preocupação pelo estudo da realidade mineira pelos camaradas deve ser saudada, porém, para nós comunistas, quando analisamos um problema, devemos nos colocar dentro do ponto de vista de classe, isto é, o ponto de vista da classe operária. Não tendo esta preocupação importante podemos ser levados a cometer erros sérios, levar a classe

operária ao SUBJETIVISMO, AO REBOQUISMO E AO OBJETIVISMO BURQUES, como deixa transparecer o documento mineiro.

Sou também daqueles que acham que o nosso programa, em alguns pontos não essenciais, deve ser revisto, porém, acho que o caráter da revolução formulado em nosso programa está em consonância com a realidade brasileira.

Um exemplo de ilusão de classe dos camaradas é quando analisam a burguesia mineira: «NO FUNDAMENTAL É UMA FORÇA ECONÔMICA E POLÍTICAMENTE ATIVA EM DEFESA DO PROGRESSO». Muitos companheiros têm experiências de como este mesmo go-

vêrno recebe as manifestações patrióticas em defesa da paz, do petróleo, de Fernando de Noronha etc. Nestas situações atua com muita eficiência o aparelho burocrático policial-militar a que o camarada Pomar alude com muita justeza em seu artigo sobre a resolução do CR de Minas.

Finalmente, quero externar aqui minha opinião sobre as tendências que se vêm mostrando em nossas fileiras em relação aos documentos do XX Congresso e do Projeto de Resolução do nosso CC pois alguns camaradas existem que têm refletido ilusão de classe, confundem a atitude patriótica de alguns setores da burguesia como atitudes dela como classe. Isto leva a dar opiniões reboquistas subjetivas. Por isto acho que devemos ter vigilância para não cairmos em posição seguidista, revisionista e até nacional-reformista.

# Minha Posição no Debate

## FRANCISCO GOMES

Sou dos que consideram o atual debate que se trava em nossas fileiras como um fator de primeira grandeza para o fortalecimento do nosso Partido. Por isto sou grande entusiasta do mesmo.

Apesar de, até o momento, não vir participando ativamente de forma pública do debate, considero que sua parte pública foi muito positiva e que esta preliminar nos armou, apesar das falhas, para o próximo futuro debate que se abrirá em função do tão falado e esperado V Congresso.

Aproveito a oportunidade para autocriticar-me perante os camaradas ativistas do debate, por não estar participando do mesmo ativamente e por não ter feito o esforço necessário neste sentido.

Mas, por outro lado, isto não quer dizer que eu não venha participando, embora que modestamente, na parte interna do debate que, de uma maneira ou de outra, se reflete na sua parte pública.

Durante estes seis meses de debate, em suas duas frentes, isto é, na pública e na interna, muitos e importantes problemas foram aventados por uns e debatidos por outros. Mas, o mais debatido foi e é o da democratização do Partido. Pelo ponto em que se encontrava o mandonismo em nossas fileiras, é perfeitamente compreensível a luta que se travou e vem se travando nestes seis meses de debate contra o mandonismo do passado, fruto do sectarismo. Nesta luta, como também é natural, surgiram muitos camaradas, e entre estes eu me incluo, que esqueceram por esta ou aquela razão que a nossa democracia e a nossa liberdade não são uma democracia e uma liberdade quaisquer.

A nossa democracia interna é uma democracia centralizada, ela é para ser usada no sentido de fortalecer a unidade e a disciplina consciente de nossas fileiras, assim como a liberdade. Compreendo agora de forma mais amadurecida — me autocriticando — que do ponto de vista de nossa filosofia marxista-leninista a liberdade está em função da necessidade conhecida e que a liberdade é a expressão desta necessidade.

Eu compreendo que no momento a necessidade conhecida é a de que, pelo nível que atingiu hoje a luta política entre as classes sociais no mundo e em nossa pátria, a classe operária, para poder participar da mesma com

vantagens e como vanguarda, necessita de um estado maior, no nosso caso o P C B, que seja forte política, ideológica, orgânica e numericamente. Para isto é que necessitamos de liberdade. Para isto é que necessitamos, a meu ver, da justa interpretação e aplicação do centralismo democrático em nossas fileiras.

Se entrarmos honestamente na luta compreenderemos isto facilmente. Mas há camaradas que, perdendo o equilíbrio entre a necessidade e a liberdade, estão correndo riscos de perderem o rumo se não fizerem uma justa apreciação autocrítica do uso que vêm fazendo da liberdade. Já é tempo de compreendermos que a nossa luta interna não é uma luta livre, onde vale tudo.

Aqui, por ser muito oportuno para nós, transcrevemos abaixo, um trecho do já conhecido artigo do camarada chinês, Lu ting-yl, na «Voz» nº 409, de 6 de abril. Diz o camarada:

«A luta interna no Partido e a luta entre a revolução e a contra-revolução são de natureza diversa. A luta entre a revolução e a contra-revolução é uma questão entre nós e o inimigo; a luta interna no Partido é uma questão entre o certo e o errado. Os subjetivistas, especialmente os doutrinários, encaram essas duas lutas como uma só e tratam camaradas como tratam o inimigo. Nosso Partido, ao contrário, distingue nitidamente entre as lutas e adota diferentes maneiras de resolvê-las».

Este trecho do artigo de Lu ting é uma grande ajuda para nós compreendermos de maneira justa como devemos participar na atual luta interna em nossas fileiras. Se não encarmos a luta desta maneira, se não lutarmos assim, cairemos queiramos ou não no fracionismo; cairemos inevitavelmente no antipartido. A meu ver, isto é válido tanto para os que estão em direção superior ou inferior ao escalão dirigente e também para os coletivos dirigentes.

A condução da luta que nos leve aos umbrais do fracionismo seria a pior das desgraças para um coletivo, ou um comunista individualmente, que possa — se pudermos admitir assim — estar contribuindo para a democratização do Partido. O fundo destas lutas tem um propósito definido: o de deixar clara minha opinião e minha po-

sição em relação à luta interna. Isto é necessário porque um artigo que a direção do jornal VOZ OPERÁRIA não publicou por ordem superior — diga-se de passagem, que eu acato — foi tirado do arquivo e vem circulando de forma clandestina em alguns pontos do país. Condeno vehementemente esta prática como injusta e antipartidária, e, por que não dizer, como um abuso de confiança. Por considerar abuso de confiança, quero aqui desautorizar publicamente a quem quer que seja, fazer a utilização de meu nome para a prática de ação política que não seja para reforçar a autoridade do Comitê Central que tem à frente o camarada Prestes. Compreendo hoje, mais do que nunca, que quando travamos a luta interna para a correção dos erros para nos reforçar e nunca, em hipótese alguma, para nos enfraquecer e nos dividir.

A nossa atual luta não pode fugir a este caminho:

«O objetivo da campanha de retificação é partir do desejo de unidade e alcançar o objetivo da unidade numa nova base, através da crítica e da luta.

Em outras palavras, trazer clareza a ideologia e ao mesmo tempo unir as fileiras do Partido.

É clareza ideológica significa traçar uma linha de separação entre a ideologia proletária e a ideologia pequeno-burguesa; e entre o marxismo-leninismo e o subjetivismo».

... (Do artigo já citado do camarada Yi).

Estando com este conceito, estou por tudo aquilo que venha contribuir para clarear a ideologia, reforçando assim a unidade do Partido em torno do seu centro único, o Comitê Central. Com a mesma força, condeno tudo que não venha contribuir para que alcancemos com o justo equilíbrio, esta clareza ideológica e o reforçamento orgânico de nossas fileiras.

A nossa atual luta não pode fugir a este caminho:

Já está à venda o primeiro volume, da série de três, das OBRAS ESCOLHIDAS de K. Marx e F. Engels, reunindo alguns dos mais importantes trabalhos desses dois fundadores do socialismo científico.

Obra de indisputável valor para os que desejam possuir melhores conhecimentos da economia política, da filosofia e do materialismo histórico.

Vol. de 480 páginas, impresso em papel Bouffant de 1ª, capa em cartão cromo duplex — Cr\$ 90,00.

ATENDEMOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO

POSTAL — PEDIDOS A

R. Juan Pablo Duarte, 50 - Sob.

# NOVA CAMPANHA DE RETIFICAÇÃO DO ESTILO DE TRABALHO NA CHINA

O Comitê Central do Partido Comunista Chinês publicou a 27 de abril passado uma diretiva sobre a campanha para retificar o estilo de trabalho cujo texto é o seguinte:

A primeira campanha para retificar o estilo de trabalho encetada por nosso Partido, em 1942, trouxe como resultado a grande vitória da revolução. Nosso país passou agora do período da revolução para o período da construção socialista e passa por novas, vigorosas e grandes mudanças.

As relações sociais sofreram uma mudança fundamental e uma mudança na ideologia do povo está também em desenvolvimento. Para que o nosso Partido e a classe operária melhor liderem, ulteriormente, a transformação de toda a sociedade e a construção de uma nova, mobilizem ainda melhor todas as forças positivas, unam todas as pessoas que for possível e tornem ativas as forças passivas de modo a atingir em cheio o alvo de construir um grande estado socialista, — devem o nosso Partido e a classe operária, ao mesmo tempo, remodelar-se. Mas muitos camaradas no Partido não compreendem, ou compreendem de forma inadequada esta nova situação e a nova tarefa do Partido. Ao mesmo tempo, por estar o Partido numa posição dirigente em todo o país e haver conquistado o apoio das massas do povo, muitos camaradas estão sujeitos a usar medidas puramente administrativas como método de tratar os problemas:

## CONTRA O BUROCRATISMO, O SECTARISMO E O SUBJETIVISMO — OS DIRIGENTES PARTICIPARÃO DO TRABALHO FÍSICO — TEXTO DA DIRETIVA DO CC DO PC CHINÊS

alguns elementos vacilantes estão sujeitos a ser contaminados pelos remanescentes estilos de trabalho do Kuomintang, da velha sociedade, a considerar-se privilegiados e ainda utilizar métodos de opressão quando no trato com as massas. Nos últimos anos tem ocorrido no Partido um novo crescimento da burocracia, do sectarismo e subjetivismo que afastam das massas e da realidade. Por isso mesmo, o Comitê Central considera necessária, na base da política de «partido do desejo de unidade, e através da crítica e da autocritica, alcançar nova unidade em novas bases», encetar dentro do Partido, uma vez mais, uma completa campanha de retificação contra a burocracia, o sectarismo e o subjetivismo e pela elevação do nível ideológico de todo o Partido e melhoramento do estilo de trabalho de modo a ajustá-lo com as necessidades da transformação e construção socialistas.

2 Esta campanha deverá ser orientada ideologicamente pelos informes apresentados pelo camarada Mao Tse Tung, em nome do Comitê Central do Partido, à suprema conferência estatal ampliada, em fevereiro, e à conferência nacional de propaganda convocada pelo Comitê Central, em março deste ano, e deverá presentemente ter como centro o tratamento correto das contradições nas fileiras do povo.

Os dois informes apresentados pelo camarada Mao Tse Tung, que se destinam às seções de quadros e intelectuais e a todos os membros do Partido e ao povo, despertaram discussões entusiásticas dentro e fora do Partido. No que toca ao Partido, é de fato o começo da campanha.

Os comitês do Partido em todos os escalões deverão organizar os estudos dos dois informes e resumir e melhorar o trabalho em suas jurisdições, departamentos e organizações, de acordo com as idéias básicas dos dois informes e pela referência a certo número de outros relevantes documentos.

No curso deste estudo, os organismos dirigentes e os quadros em todos os escalões devem principalmente rever como vêm sendo tratadas as contradições nas fileiras, do povo e como vêm sendo executadas as políticas: «deixai desabrochar muitas flores e contender diferentes escolas de pensamento», «coexistência prolongada e mútua supervisão», e «construção do país sobre a indústria e a poupança»; investigar a burocracia, que tem acarretado isolamento das massas de operários, camponeses, soldados, estudantes e intelectuais; o sectarismo, que não parte da unidade com os nossos 600 milhões de cidadãos, unidade com os setores democráticos e com as amplas massas não partidárias e unidade com todo o Partido; o subjetivismo, que não parte da atual situação.

Finalmente devem aplicar fielmente a diretiva do Comitê Central concernente a «tratar corretamente a questão das contradições nas fileiras do povo».

Os militantes do Partido devem principalmente compreender como servir o povo, consultando as massas sempre que os problemas surgirem; sendo os primeiros a enfrentar agruras e os últimos a gozar de conforto; impulsionando a crítica e a autocritica. Os membros do Partido de formação intelectual, em complemento a esses requisitos, serão solicitados, particularmente, a ter contatos com as massas de operários e camponeses, a fazer uma clara diferenciação entre os pontos de vista de classe do proletariado e da burguesia e pequena-burguesia, a superar a tendência ao individualismo e liberalismo e a fortalecer o seu espírito de Partido. Para superar a maneira de pensar subjetiva e unilateral, os quadros superiores e os membros do Partido de formação intelectual devem ainda estudar o materialismo dialético em tempo oportuno. O plano para este estudo será depois elaborado.

3 Esta campanha deve ser um movimento de educação ideológica conduzido seriamente, mas deve ser tão suave como a brisa ou a garfa. Deve ser uma campanha de crítica e autocritica em toda a sua correta ex-

tensão. As reuniões devem ser limitadas a pequenos debates ou reuniões de grupos. Devem ser conversas francas entre camaradas e especialmente deve ser mais usada a troca de opiniões entre indivíduos e não devem ser convocadas grandes reuniões de crítica ou «lutas». A crítica deve ser audaciosamente encorajada quando feita em reuniões de debate ou grupos e no curso de conversas individuais. O princípio de «dizer tudo o que você sabe e dizê-lo sem reserva», não culpar o que fala mas prestar toda a atenção ao que você ouve; corrigir os erros se os houver cometido e evitá-los se não os cometer — deve ser firmemente adotado. Não devemos justificar tudo o que nos disser respeito e rejeitar a crítica dos outros. De outro lado, os que criticam devem ser encorajados a se ater à verdade dos fatos e a fazer análises concretas, de modo a evitar a negação completa de tudo o que for feito pela pessoa criticada, o que seria uma crítica unilateral e exagerada. Cada um deve ouvir, de espírito aberto, a opinião dos outros e entusiasticamente dar sua opinião sobre os outros. Mas a crítica não deve ser imposta a uma pessoa que não a aceita. Sempre que for possível as conclusões necessárias devem ser tiradas apoiando-se em alguns argumentos sobre questões de princípios, mas permitido o direito de manter divergências. No curso da campanha, todos os que houverem cometido erros grandes ou pequenos, devem ser isentos de medidas disciplinares orgânicas, excetuados os casos sérios de ofensas à lei e à disciplina. Deve ser-lhes dada uma concreta ajuda para atingirem o objetivo de «tomar o passado como advertência de modo a ser mais cauteloso no futuro e tratar a doença de maneira a salvar o doente».

As pessoas que não forem do Partido mas desejarem participar na campanha de retificação devem ser bem-vindas. Mas isso deve ser admitido em bases inteiramente voluntárias, não sendo permitida qualquer coação. Deve ser-lhes permitido afastarem-se livremente, a qualquer momento.

4 A fim de fortalecer o contato entre o Partido e as amplas massas do povo trabalhador e por completo mudar a situação nos casos daqueles que, em posição de direção, encontram-se divorciados das massas, é necessário, enquanto durar a campanha, que todo o Partido encoraje o pessoal dirigente, que detenha posições-chaves em todos os escalões do Partido, do governo e dos serviços militares e sejam fisicamente aptos, a reservar parte do seu tempo para participar do trabalho manual com os operários e camponeses.

Tal medida deverá gradualmente transformar-se em sistema permanente. Durante um longo período na história do Partido os nossos quadros dirigentes compartilharam os bons e maus momentos com as massas de operários, camponeses e soldados. Este excelente estilo de trabalho, de íntima associação com as

massas, é um dos fatores fundamentais que asseguraram a vitória da revolução chinesa. Entretanto, durante os anos recentes, não foram poucos os camaradas que degeneraram a este respeito. A tarefa atual do Partido é, de um lado, organizar os estudos sobre a retificação do estilo de trabalho, elevar a compreensão ideológica dentro do Partido e corrigir os defeitos e erros no trabalho. De outro lado, consiste em preservar inteiramente e desenvolver, na vida atual, a excelente tradição de trabalhar duramente e superar com perseverança as dificuldades, e mais, estabelecer um sistema básico sob o qual o trabalho mental do pessoal dirigente no Partido e no governo seja integrado com o trabalho físico, de modo a que se tornem estritamente ligados com as massas.

Esta maneira as relações nas fileiras do povo poderão ter nova aparência e a burocracia, o sectarismo, o subjetivismo e «a pose do lord» poderão ser eliminados em larga extensão. A medida de integração do trabalho mental com o físico, do pessoal dirigente dos órgãos do Partido e do governo, deverá inicialmente ser aplicada no Partido começando com um pequeno número de pessoas. Tal trabalho físico, embora pequeno, será útil. Depois de obtida alguma experiência será ulteriormente estendida sistemática e gradualmente por etapas apropriadas, ao pessoal dirigente do Partido, do governo e dos serviços militares e também aos principais funcionários das organizações econômicas e culturais se puderem realizar maior ou menor trabalho físico. Medidas concretas serão tomadas sobre esta questão e uma diretiva especial será oportunamente emitida pelo Comitê Central do Partido.

5 Esta campanha começará com as organizações do Partido e das forças armadas, nos níveis de conselhos e regimentos, e daí para cima, e também nas grandes fábricas e minas como nas universidades e institutos. Ela começará com uma investigação do modo de pensar e estilo de trabalho dos quadros em posições dirigentes. Alguns comitês do Partido provinciais, municipais e das regiões autônomas poderão, entretanto, escolher alguns comitês iniciais para começar a campanha de retificação, tendo em vista obter experiências típicas com o propósito de popularização gradual.

Durante a campanha todas as unidades devem organizar grupos dirigentes, os primeiros secretários dos comitês do Partido deverão assumir pessoalmente a sua responsabilidade e imprimir-lhes uma firme direção. O plano de retificação deverá coordenar a campanha com a melhoria do trabalho e com a atual solução das contradições nas fileiras do povo. O plano deverá evitar sejam fechadas as portas para realizar a campanha à custa do trabalho. O método de dar uma direção orgânica à campanha e o plano concreto de trabalho serão determinados, para execução, pelos Comitês do Partido diretamente subordinados ao Comitê Central, os Comitês do Partido das organizações centrais do Estado, os departamentos políticos gerais e os comitês do Partido das províncias (municipalidades) e regiões autônomas. O Comitê Central espera receber os planos concretos dentro de duas semanas após a recepção desta diretiva.

## Sôl r: a Política de Repressão do Governo Aramburu

### Declaração do Comitê Central do Partido Comunista da Argentina

O Comitê Central do Partido Comunista Argentino publicou uma declaração sobre os recentes acontecimentos no país e as causas que originaram a política de repressão contra a classe operária e o povo e contra o seu partido de vanguarda. Depois de denunciar os atentados de que foram vítimas centenas de seus dirigentes e militantes e os assaltos contra as suas sedes e a do seu jornal "Nuestra Palabra", assim como os assaltos a sedes e a detenção de personalidades de outros partidos e instituições sociais, afirma a declaração:

#### AMEAÇA DE DITADURA ABERTA

"Este método de descobrir «complots» e «confabulações» onde não existem é típico dos governos que vivem divorciados do povo e que se mantêm no poder através de expedientes de força. Ontem falava-se de «complots» peronistas e nacionalistas e agora se fala de uma «confabulação» comunista. Que garantia pode então haver de que amanhã não se fale de um «complot» de radicais intransigentes ou de outras forças políticas que lutem por mudanças democráticas na situação nacional? Nenhuma, tanto mais que os que assim procedem o fazem com o fim de desviar a atenção do povo do verdadeiro complot que se está preparando, desde cima, para impor uma ditadura militar aberta.

#### PLANO CONTINENTAL

A situação do país é tanto mais grave quando é sabido que as medidas repressivas que o governo de fato está aplicando, contra o Partido Comunista e o movimento operário e popular, têm ramificações internacionais e se realizam em cumprimento de um vasto plano continen-

tal e mundial dos imperialistas — dos ianques em particular —, plano que foi precisado na recente conferência das Bermudas, e cujo fim é submeter os povos que lutam por sua independência nacional (Egito, Síria, Jordânia e demais povos da Ásia e África) e utilizar seus territórios, suas riquezas, seus homens na guerra de agressão que os imperialistas preparam contra a União Soviética e os demais países do socialismo, com vistas à dominação mundial. Por isso, os imperialistas ianques armam os países satélites com armas atômicas de toda espécie. Sucede o mesmo com os países da América Latina, aos quais o imperialismo ianque, com a ajuda dos governos antinacionais, trata de transformá-los em seu quintal, em fontes de recursos materiais e de abastecimento de contingentes armados para sua política agressiva, com vistas à dominação mundial. O Pacto do Atlântico Sul e outros em perspectiva têm este objetivo. A concessão da ilha brasileira de Fernando de Noronha, como base para depositar armas nucleares, e outras concessões similares que são exigidas ao nosso país e outros países da América Latina podem acarretar tremendas destruições de ne-



VITTORIO CODOVILLA

#### CAUSAS DA REPRESSÃO

Depois de denunciar o Congresso anticomunista e anti-soviético de Lima e o apoio ao mesmo manifestado pelo general Aramburu, a declaração passa e analisa as causas do descontentamento do povo argentino contra o «governo de fato», que representa os interesses dos grandes latifundiários, grandes capitalistas e dos monopólios estrangeiros, e reafirma a posição do Partido Comunista, a frente dos interesses da classe operária e do povo, não somente nas lutas por suas reivindicações im-

ediatas, como no plano político e institucional.

"Justamente quando era assaltada a nossa imprensa e confiscado o último número do jornal partidário "Nuestra Palabra" nele se publicavam os princípios básicos para a redação do projeto de Constituição que nosso Partido propõe para assegurar a vigência de normas que permitam ao nosso país viver uma vida verdadeiramente democrática. Por isso é que nosso Partido afirma que as medidas de repressão aplicadas contra ele, vão dirigidas também contra o conjunto das forças democráticas argentinas. De fato, são reprimidos e encarcerados não só os comunistas, mas também os demais patriotas argentinos: reprime-se o Movimento dos Partidários da Paz e são encarcerados os seus dirigentes porque se opõem à preparação da guerra atômica e convidam o povo a lutar contra ela e pela coexistência pacífica entre todos os povos e nações; reprime-se a União de Mulheres da Argentina e são encarceradas suas dirigentes porque se opõem à subida do custo da vida e convidam o povo, as mulheres em particular, a lutar contra a carestia e a fome; reprime-se o movimento operário e camponês e são encarcerados os seus dirigentes porque se opõem à superexploração, destinada a fazer-lhes pagar as consequências da crise e os gastos da política governamental de guerra e porque lutam por (Continua na 7ª página)

# GRANDE VITÓRIA DOS MARÍTIMOS

**Diante da greve iminente, atendeu o governo às reivindicações mais importantes dos marítimos — Conquistada a equiparação de salários com as autarquias, aumentos de salários, novos adicionais de insalubridade e outras melhorias — Nenhum trabalhador será punido em virtude de paralisação do trabalho — Em vigor o acordo firmado a partir de 1º de maio deste ano**

Significativa vitória alcançaram os marítimos, na madrugada do último dia 14, quando já se preparavam para desencadear em todo o território nacional uma justa greve pela equiparação de salários dos trabalhadores da marinha mercante aos trabalhadores autárquicos.

Diante da firmeza revelada pelos trabalhadores do mar, dispostos a paralisar totalmente as atividades marítimas, os armadores e o governo foram obrigados a atender às reivindicações fundamentais que lhes haviam sido apresentadas, há longos meses.

Assim, diante da ameaça de greve às 00 horas do dia

14, representantes do governo e dos trabalhadores, chegaram finalmente a um acordo e diante disso, a greve não chegou a estender-se nacionalmente, embora tivesse havido algumas paralisações, de pequena duração.

## ATENDIDAS AS REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS

Em consequência do acordo firmado, as reivindicações fundamentais dos marítimos foram alcançadas: os salários dos trabalhadores das empresas particulares foram equiparados aos das autarquias, de acordo com os níveis do Lóide; foram elevados em 45% os salários dos empregados em escritórios, díques, oficinas, estaleiros e outros;

os tripulantes de embarcações de pequena cabotagem, dos Estados e Territórios terão aumento de 40%; o pessoal que percebe hoje adicional de insalubridade, receberá um acréscimo de 25%; ficaram mantidas as demais vantagens percebidas pelos marítimos por força de lei, decreto, contrato, portaria, circulares, acordos oficiais ou particulares; qualquer majoração que se verificar na tabela de salários do pessoal do Lóide Brasileiro, dentro do prazo de dois anos, será aplicada automaticamente à tabela aprovada; dentro do prazo de 30 dias, o governo deverá concluir os estudos para a regulamentação do pessoal das autarquias.

## PROSSEGUE A LUTA

Além dessas vantagens conquistadas, ficou assegurado que o acordo firmado será válido desde o dia 1º de maio passado, tendo vigência pelo prazo de dois anos. Finalmente, nenhuma penalidade será aplicada aos marítimos, em virtude de paralisação do trabalho na data prevista para a greve.

No entanto, apesar da grande vitória que representou o acordo firmado, uma vez que atendeu às reivindicações fundamentais apresentadas pelos trabalhadores, há ainda ou-

tras reivindicações que não foram atendidas, o que causou um justo descontentamento entre os associados de vários sindicatos marítimos.

Essa a razão por que prossegue a luta dos trabalhadores do mar, pela conquista de direitos ainda não reconhecidos, por melhores condições de vida e de trabalho.

É preciso que o governo do Sr. Juscelino Kubitschek atenda aos interesses dos trabalhadores, não permitindo que os armadores descarreguem sobre eles o peso de suas dificuldades.



Um aspecto da grande assembleia dos marítimos na noite do dia 13 do corrente.

## Importante Iniciativa Dos Tecelões de Petrópolis

**Reuniram-se operários e patrões, para debater as dificuldades da indústria têxtil — Protestam os trabalhadores contra a dispensa em massa e o atraso no pagamento dos salários — É possível defender a indústria nacional e assegurar os direitos dos trabalhadores**

### A PALAVRA DOS OPERÁRIOS

Importante assembleia realizou-se na cidade de Petrópolis (Estado do Rio), com a presença de patrões e operários, para debaterem juntos as dificuldades que enfrenta atualmente a indústria têxtil brasileira. Dessa reunião participaram as diretorias de todos os sindicatos operários de Petrópolis, um representante da Federação dos Têxteis e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. De parte dos patrões, compareceram o presidente da A.C.I.P., representantes do presidente do sindicato patronal e da Companhia de Fiação e Tecelagem Cometa (a mais importante da cidade), bem como representantes de várias outras empresas locais. Esteve presente também, como convidado especial, o deputado federal Aarão Steinbrück.

Pela primeira vez, reuniram-se patrões e empregados, num dos mais importantes centros da indústria de tecidos do país.

Em nome dos operários, falou o presidente do Sindicato dos Têxteis. Em seu discurso, demonstrou o dirigente sindical a falsidade da alegação dos patrões, segundo a qual a culpa da situação atual cabe ao aumento dos salários mínimos, citando os lucros elevados que obtiveram as principais fábricas locais, no ano de 1956. Reconheceu porém que os industriais enfrentam dificuldades sérias, com a concorrência desleal das indústrias estrangeiras, graças às facilidades que lhes oferece o governo do Sr. Juscelino Kubitschek. Criticando a política do governo, disse o operário, a certa altura: «Quisesse ainda, diga-se de passagem, o Presidente Juscelino amenizar o problema do desemprego, era apenas assinar a lei de aposentadoria com salários integrais, prometida solenemente neste sindicato quando candidato, pois cedo acabaria com as dispensas de

operários, porquanto acima de 20% dos que trabalham nos ramos de indústria, por todo o país, já estão com o tempo e a idade de se aposentarem».

### FALAM OS PATRÕES

O representante dos patrões, dirigindo-se aos operários, procurou atribuir à falta de crédito e de financiamento, a causa das dificuldades e da dispensa de operários. O representante da Cometa, afirmou que sua fábrica se encontra numa fase de crise aguda: há 3 quinzenas não paga aos operários. Comprometeu-se a resolver a situação da empresa e afirmou estar disposto a ir com os operários, em comissão, até o presidente da República, para que este desse uma saída para o problema. Frequentemente, os operários apartavam aos patrões, fazendo ver que a solução da crise não está na dispensa em massa de trabalhadores, mas em exigir do governo que tome medidas concretas em favor da indústria nacional.

### CRIADA UMA COMISSÃO CONJUNTA

Foi constituída, finalmente, uma comissão — composta de dirigentes sindicais dos trabalhadores e representantes dos patrões — para avistar-se com o presidente da República.

Essa iniciativa dos operários têxteis de Petrópolis constituiu uma demonstração prática de que é possível unirem-se patrões e empregados para lutarem juntos contra a política antinacional do atual governo e em defesa de medidas de proteção aos interesses da indústria brasileira. Foi uma reafirmação de que a saída das dificuldades que enfrentam os patrões não está em descarregar sobre seus operários o peso das mesmas nem em atentar contra os seus direitos, mas sim na mudança da política do governo — na concessão de maiores facilidades de crédito para a indústria, no estabelecimento de relações comerciais com todos os países, na efetivação da reforma agrária etc. — como já têm sugerido os trabalhadores nas inúmeras convenções e congressos que vêm realizando.

Eis aí um bom exemplo para todos os operários têxteis — realizar mais e mais assembleias, junto com os patrões, debater em comum os problemas e assegurar plenamente o respeito aos seus direitos já conquistados.

## Greve Estadual de Ferroviários Gaúchos

**Manifesta-se a Assembleia de Santa Maria contra a incorporação da VRGS à Rede Federal — Será convocada a III Convenção Nacional dos Ferroviários — Aguarda-se decisão sobre a greve nacional contra o veto presidencial**

Em uma das mais concorridas assembleias realizadas no dia 11 último, decidiram os ferroviários gaúchos, da cidade de Santa Maria, deflagrar uma greve estadual, caso o governo do Estado se manifeste favorável à incorporação da Viação Férrea do R. G. do Sul à Rede Ferroviária Federal, recentemente criada e sua transformação em empresa mista.

Nessa reunião, ficou deliberado aguardar a decisão da União dos Ferroviários do Brasil a respeito do desencadeamento da greve nacional de ferroviários, em protesto contra a decisão do Congresso Nacional, que manteve o veto do presidente da República a uma série de artigos do projeto de criação da RFN SA, ferindo vários direitos dos ferroviários.

Importantes resoluções foram aprovadas na assembleia de Santa Maria: a) designar uma comissão integrada por presidentes da União dos Ferroviários Gaúchos e de outras entidades para se avistar com o governador Ildo Meneghetti e manifestar seu repúdio à transformação da Rede Viação férrea estadual em empresa mista; b) pleitear o pagamento de 12 meses atrasados e o pagamento dos proventos dos inativos, também atrasados; c) exigir do governo do Estado um pronunciamento por escrito e objetivo, sobre o atendimento das reivindicações dos ferroviários; d) convocar oportunamente a III Convenção Nacional de Ferroviários, que terá lugar em Santa Maria. Nessa ocasião será discutida a deflagração de uma greve nacional dos ferroviários contra os

vetos do sr. Juscelino Kubitschek.

### RESPOSTA VIGOROSA

Preparam-se assim os ferroviários brasileiros, cujo número atinge a mais de 300 mil, para dar uma resposta vigorosa a mais um ato da política antipopular e antiope-

rária do governo do Sr. Kubitschek.

Em todos os Estados, mobilizam-se os trabalhadores das ferrovias para que a lei que cria a Rede Federal não seja aplicada e os direitos dos trabalhadores sejam assegurados em sua plenitude.

## Convenção Estadual de Metalúrgicos Gaúchos

**Prazo de 30 dias para atender às suas reivindicações — Paralisação parcial em junho, caso não sejam atendidas — Importante reunião realizada em Porto Alegre**

De 1º de maio até o dia 3, realizou-se em Porto Alegre a Convenção Estadual dos Metalúrgicos Gaúchos. Três pontos foram discutidos na ordem do dia, os quais resumiam as mais sentidas reivindicações dessa numerosa corporação profissional. Essas reivindicações não são atendidas ainda no Estado, apesar de constituírem direito líquido dos trabalhadores. Eram elas: 80% de aumento de salários sobre os atuais; definição jurídica dos serventes avulsos; pagamento da taxa de insalubridade.

Inúmeras autoridades compareceram à sessão de encerramento da Convenção, entre as quais vários presidentes de organizações sindicais do Estado.

Entre as importantes resoluções aprovadas, incluí-se a de manter a tabela de 80% de aumento, além de uma série de medidas relacionadas com a campanha.

### PRAZO DE 30 DIAS

Por unanimidade, decidiram os metalúrgicos conceder

um prazo de 30 dias, para que suas reivindicações sejam atendidas. Findo esse prazo, se até lá o governador não tiver atendido aos trabalhadores, este fará uma paralisação do serviço de 15 minutos, no dia 4 de julho. Na semana seguinte, realizará outra paralisação de meia hora e assim sucessivamente. Ainda no mês de julho será realizada uma nova assembleia estadual a fim de decidir as medidas a serem tomadas posteriormente.

### O PROBLEMA DOS SERVENTES AVULSOS

Um dos problemas mais sérios que enfrentam os trabalhadores dos portos gaúchos é o da definição de sua categoria. Homens com 10 anos de serviço ou mais trabalham sem direito a estabilidade ou a qualquer outro.

Na Convenção foi discutido o projeto de lei que trata da definição jurídica do servente avulso, elaborado pelo DSP e que de modo algum resolve a situação desses trabalhadores. Foram apresenta-

das várias emendas a esse projeto e uma comissão foi eleita para tratar do problema.

Os serventes avulsos deixaram claro que não precisam de uma nova lei para defini-los uma vez que trabalham sob a direção e fiscalização do Estado. Eles recebem dos cofres do Estado, mas quando se trata de punição, são punidos pelo Estatuto do Funcionário Público. No entanto, o Estado não pode fugir a certos deveres que tem para com seus funcionários.

### PAGAMENTO DA TAXA DE INSALUBRIDADE

O pagamento da taxa de insalubridade depende apenas do Diretor do DEPRC, pois já foi baixada recentemente uma portaria do Ministério do Trabalho, a qual dá poderes às Delegacias Regionais, para resolverem o problema da constatação da insalubridade. Além disso, uma vez que os patrões pagam a insalubridade ao DEPRC, não há

como sonegar o pagamento da taxa aos trabalhadores.

Os portuários lembraram aos deputados presentes, durante a Convenção, que devem aprovar as emendas a serem apresentadas pela Comissão criada, para agirem realmente com justiça.

### SOLIDARIEDADE DOS HIDROVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS

Durante a Convenção Estadual dos Portuários Gaúchos, foi-lhes levada a solidariedade dos trabalhadores hidroviários do R. G. do Sul, através da pessoa do presidente da respectiva Associação. Afirmou este que, se necessário, os hidroviários cruzarão os braços em solidariedade aos seus colegas.

Também o presidente da União de Ferroviários Gaúchos, assumiu idêntico compromisso.

A reunião dos trabalhadores dos portos gaúchos significou um passo importante no caminho de sua unidade e demonstrou a combatividade e o espírito de luta que animam a esses operários.

# Explorados os Tecelões Da Fábrica Tibiri

(Do correspondente)  
Na fábrica de tecidos Tibiri, em Santa Rita (João Pessoa), trabalham cerca de 1.300 operários. Dêse total, para os operários, está contratada por salário inferior ao salário mínimo de Cr\$ 1.800,00.

## Operárias obrigadas a tocar 5 teares

As tecelãs de Tibiri trabalham em três turnos, na seção de tecelagem. Nessa seção, onde o pagamento é feito à base da produção, as operárias são obrigadas a tocar 5 teares, daqueles antigos, que já estão bastante deficientes, exigindo das te-

celãs o dispêndio de muita energia, para conseguir alcançar o salário-mínimo. Mas em geral, elas não conseguem alcançar o salário-mínimo, porque aos teares estão adaptados relógios, que ao invés de marcar a produção por metro (o que permitiria aos operários saber a sua produção diária), marcam letras. Os diretores da fábrica só pagam aos operários por produção, se cada um dos 5 teares produzir de 60 letras para cima. Se apenas 4 teares produzem mais de 60 letras, então o ope-

nimo correspondente a uma

## Salários de fome

É isso que acontece geralmente com os operários da tecelagem, obrigados a um dispêndio muito grande de energia, pois são obrigados

a trabalhar em ritmo acelerado. Mesmo assim, não chegam a receber por semana, mais de Cr\$ 380,00.

Esse salário miserável não dá sequer para alimentar a família do operário, diante dos preços elevadíssimos dos gêneros de 1.ª necessidade: o arroz, a Cr\$ 25,00; o feijão, a 26,00; a banha, a 60,00. Além disso, os operários são descontados por semana, para a contribuição ao IAPI, ficando no fim com apenas Cr\$ 266,00, para alimentar a família durante uma semana.

Essa é a situação dos tecelões da Fábrica Tibiri. Para melhorá-la, devem pleitear junto à diretoria do sindicato a convocação de uma assembleia, a fim de debater suas reivindicações e tomar medidas para iniciar a luta em defesa de suas reivindicações: aumento de salário, melhores condições de trabalho.



NA JORNADA DE 1.º DE MAIO, em S. Paulo, os trabalhadores colocaram na Praça da Sé grandes murais de apoio à Petrobrás e às lutas patrióticas do povo brasileiro, os quais atraíram a atenção de milhares de pessoas durante todo o dia.

# Voz dos Leitores

## IMPORTANTE VITÓRIA DOS ARRENDATÁRIOS

A prorrogação da Lei do Inquilinato (aprovada em dezembro do ano passado pelo presidente da República), significou uma importante vitória para os arrendatários. Pe-

la primeira vez, essa lei incluiu a questão do arrendamento da terra.

Em seu artigo 8, diz a referida lei: «Ficam prorrogados por um ano todos os contratos de arrendamentos rurais referentes à lavoura ou à pecuária, cujo término se verificar até 31 de dezembro de 1957». Portanto, todo contrato feito até 31-12-57, poderá ser renovado até 1958, se o arrendatário quiser.

Além disso, os contratos de arrendamento que estão vigorando agora, não poderão sofrer qualquer aumento. A lei só permite um reajustamento (aumento) quando terminar o contrato e for feita a sua renovação. E esse reajustamento foi fixado, na mesma lei em seu artigo 5 nas seguintes bases:

- os arrendamentos que completarem 10 anos em dezembro de 56, podem ser aumentados em 300 por cento;
- aqueles que em 31-12-56 tinham mais de 5 anos e menos de 10 anos podem ser aumentados em 200 por cento;

— em 50 por cento, os arrendamentos que em 31-12-56 tinham menos de 5 anos e mais de um ano;

— os aumentos autorizados pela Lei só podem ser feitos tendo por base os preços do primeiro ano do contrato, seja escrito ou verbal.

Os arrendatários poderão conseguir, através de entendimentos diretos com o dono da terra, que o reajustamento seja menor do que aquele fixado na Lei. E, se o arrendatário não concordar com a exigência do latifundiário, poderá recorrer à justiça, em defesa de seus direitos.

A inclusão na Lei do Inquilinato de um artigo sobre o arrendamento rural representa já um resultado importante das lutas que vêm sendo travadas há longos anos pelos arrendatários pela baixa do arrendamento, contra os despejos etc. Para conquistar novas vitórias, é preciso que se fortaleçam as associações existentes e novas associações sejam criadas nos municípios onde ainda não existem; aumentar o número de sócios, discutir



OS SEUS INTERESSES E A JUSTIÇA, junto aos deputados estaduais e federais, aos prefeitos e vereadores.

EM JUÍZ DE FORA

## GREVE VITORIOSA DE TECELÕES

Importante vitória conquistaram os operários da fábrica de tecidos Morais Sarmiento, de Juiz de Fora (Minas). Paralisaram o trabalho, exigindo um reajustamento do preço que lhes é pago por metro de pano tecido, porque ainda continuava em vigor a tabela antiga, de antes do novo nível de salário mínimo (de junho de 1956). Por essa razão, nenhum dos operários conseguia atingir sequer o salário mínimo.

Antes de recorrer à greve, uma comissão de 30 operários tinha-se dirigido aos patrões, os quais fizeram várias promessas de pagamento, que afinal não foram cumpridas. Diante disso, resolveram aguardar até a data da publicação da tabela e como não fossem atendidas as suas reivindicações, deflagraram o movimento.

A luta foi rápida; no mesmo dia, os tecelões, cerca de 600, obtiveram a vitória.

Essa foi uma boa experiência para aqueles trabalhadores, que aprenderam na prática que só através da luta podem conquistar os seus direitos.

## NA FÁBRICA DE CIMENTO, EM JOÃO PESSOA

### A direção da empresa viola o acordo

(Do correspondente em João Pessoa)

Na Fábrica de Cimento de João Pessoa (Paraíba), têm-se verificado modificações em várias de suas seções, em desacordo com o convênio assinado com o Sindicato local, para o funcionamento da empresa em dias santos, feriados e domingos.

Acontece que a fábrica, sem qualquer aviso prévio, resolveu mandar parar diversas seções, prejudicando os operários que fazem despesas com transportes e lanche e voltam

para casa sem ganhar nada.

Diante disso, resolveram os trabalhadores não mais trabalhar nos domingos e feriados, até que a direção da empresa cumpra efetivamente o acordo estabelecido.

Por outro lado, em grande assembleia realizada no Sindicato, decidiram os operários exigir da fábrica 50% de aumento nos salários, em vista da elevação contínua do custo de vida. Para isso, estão dispostos a ir à luta.

Dentro da fábrica de cimento, existe a seção de moagem, onde os operários estão ameaçados de serem sepultados vivos, pois o teto está todo rachado. A falta de segurança no trabalho dá motivo a grande descontentamento e os trabalhadores estão dispostos a exigir da direção da empresa até mesmo a interdição do local em defesa das suas vidas.

Através de seu sindicato, os operários da Fábrica de Cimento de João Pessoa reforçam sua organização e encaminham-se para novas lutas.

## MENSAGEM DO CR FERROVIÁRIO DE SÃO PAULO

O Comitê Regional Ferroviário do Estado de S. Paulo, reunido em pleno ampliado para discutir as resoluções de abril do CC do PCB, enviou ao Comitê Central uma mensagem, na qual reafirma que tudo fará para aplicar a orientação e as tarefas indicadas. Na parte final, diz a mensagem:

«Expressamos aos queridos camaradas a disposição de nosso CR e de nossos militantes de estreitarem cada vez mais a unidade de nosso Partido em torno do CC, a cuja frente se encontra o camarada Protes, centro único em torno do qual se une e trabalha o Partido».

## GREVE DE PROTESTO NA "VIDROSA"

Os operários da Vidrosa, Fabricação Brasileira de Tóxicos de Vidro, na capital de São Paulo, acabam de fazer uma greve limitada de protesto contra a demora dos patrões em pagar um aumento de salário, já decidido. Isso prejudica a mais de duzentos operários, que lá trabalham.

Entre as 22 horas do dia 6 de maio até às 22 horas do dia 7, o trabalho foi paralisado em toda a fábrica.

O Sindicato dos Vidreiros de São Paulo colocou-se à frente do movimento desses trabalhadores e realizou entendimentos com os patrões e a Delegacia Regional de Trabalho.

A greve de protesto constituiu uma significativa demonstração de força e unidade dos trabalhadores da Vidrosa e mostra a sua disposição de luta em defesa de seus direitos.



## VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17.º and. - s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual .....	100,00
Semestral .....	60,00
Trimestral .....	30,00
Núm. avulso .....	2,00
Núm. atrasado .....	3,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte: Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte .....	2,00
Golfinhos e interior de Amazonas e Territórios .....	4,00
Outros Estados .....	3,00
M. Gerais .....	2,50

SUCURSAIS:

- SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 28, 2.º and. — Tel. 37-4983.
- PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43.
- RECIFE — Rua Floriano Peixoto n.º 85 — 3.º and. — s/ 326.
- FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n.º 1.248 — s/ 22 — Tel. 1-13-03.
- SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zaccarias, s/ 203 (Calçada).
- JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1.º and. — Salas 3 e 4.

## Conferência Agrícola de Inhangapi

Na cidade de Inhangapi (Pará), acaba de realizar-se a I Conferência Municipal de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas desse município. No temário debatido nessa reunião figuravam importantes questões, que preocupam bastante aos lavradores: Reforma agrária democrática; distribuição gratuita das terras com título legal de posse; ajuda técnica, financeira e social; crédito fácil, barato e a longo prazo; fornecimento de ferramentas, maquinarias, inseticidas, adubos, sementes e fertilizantes; garantia de preços compensadores para os produtos agrícolas e pecuários; transportes acessíveis e assegurados; facilidade de organização em Unões, Associações e Sindicatos

rurais para os produtores; extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo; relação com todos os países.

Nessa conferência foram apresentados os Estatutos da ULTAP (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará) e foi dada posse à diretoria dessa entidade. Um balanço das resoluções aprovadas pela II Conferência Estadual de Lavradores foi apresentado pelo secretário geral da ULTAP.

Esse importante encontro dos trabalhadores agrícolas de Inhangapi significou um avanço nas lutas em defesa das suas reivindicações e direitos e mostrou a elevação da consciência e da combatividade que os ani-

# Derrotar a investida entreguista!

## Fernando de Noronha

### CONSUMA-SE A ENTREGA DA ILHA BRASILEIRA AOS IMPERIALISTAS NORTE-AMERICANOS

★ CENTENAS de militares, técnicos e operários especializados da Força Aérea dos Estados Unidos desembarcam em Recife e são enviados para Fernando de Noronha.

■ INTERDITADA aos brasileiros, pelo comando militar americano, uma grande área da ilha onde será construída a base de teleguiados.

■ RESULTADO do vergonhoso ajuste assinado pelo governo Kubitschek: a bandeira americana tremula arrogante em território brasileiro, como em terra conquistada pelo invasor.

ENQUANTO O GOVERNO PARALISA O PARLAMENTO COM O «CASO LACERDA», OS SOLDADOS ESTRANGEIROS DESEMBARCAM EM NOSSO TERRITÓRIO!

E' PRECISO EXIGIR QUE SE REUNA A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE A POLÍTICA EXTERIOR E QUE O CONGRESSO DISCUTA O AJUSTE SOBRE FERNANDO DE NORONHA!

## Pacto do Atlântico Sul

### CONFERÊNCIA GUERREIRA PARA ENVOLVER O BRASIL, A ARGENTINA, O URUGUAI E O PARAGUAI NOS PLANOS AGRESSIVOS DOS ESTADOS UNIDOS

- TOMAM PARTE na Conferência de Defesa do Atlântico Sul o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, e os Estados Unidos (Telegrama da UP, 9-V-57). Por que os Estados Unidos, se o tema é a defesa do Atlântico Sul, que não banha as costas daquele país?
- A CONFERÊNCIA é assistida pelo general americano Lemuel C. Shepherd, presidente da Junta Interamericana de Defesa, com sede em Washington. «As recomendações que forem adotadas serão submetidas à apreciação da Junta Interamericana de Defesa» — (Telegrama da UP, de 9-V-57).
- CHEGA AO BRASIL o almirante Arthur W. Radford, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, para «tomar conhecimento da execução de vários programas de assistência militar», isto é, para fiscalizar a integração de nosso país na agressiva máquina militar ianque.

AO BRASIL INTERESSA A PAZ E A AMIZADE COM TODOS OS PAÍSES, E NÃO PARTICIPAR DE BLOCOS MILITARES AGRESSIVOS!

ABAIXO O PACTO DO ATLANTICO SUL! QUE SE LEVANTEM PROTESTOS DE TÓDA PARTE CONTRA A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NESTA ALIANÇA GUERREIRA!

## Petrobrás

### BRECHA NO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO PARA ABRIR CAMINHO AOS TRUSTES

O Governo Kubitschek autorizou a refinaria Capuava, do grupo Soares Sampaio, ligado à «Standard Oil» e à «Gulf Oil», a aumentar a refinação de 20.000 para 31.000 barris diários.

Esta concessão se faz em prejuízo da Petrobrás e viola o monopólio estatal do petróleo, abrindo caminho para novas exigências dos trustes.

A publicação norte-americana «Hanson's Letter» anuncia que o governo brasileiro abandonou os planos para que a Petrobrás participe na exploração da área petrolífera boliviana concedida ao Brasil e entrará em «entendimentos com companhias estrangeiras de petróleo», acrescentando: «Uma demonstração efetiva da técnica americana na área boliviana ajudaria a relegar a Petrobrás, permanentemente, a um papel inferior em todo o panorama brasileiro» (Diário de Notícias, de 12-V-57).

DEFENDAMOS A «PETROBRAS» CONTRA AS NOVAS MANOBRAS DOS TRUSTES PETROLIFEROS PATROCINADAS PELO GOVERNO KUBITSCHEK.

### ORGANIZA-SE A RESISTÊNCIA NACIONAL

FUNDADA na UNE a Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha, da qual participam senadores, deputados federais, vereadores, líderes estudantis e sindicais.

— O CONSELHO Nacional dos Estudantes decide organizar um movimento estudantil de âmbito nacional contra a entrega de Fernando de Noronha e o Pacto do Atlântico Sul.

— REUNINDO mais de 2.000 prefeitos e vereadores de todo o país, o IV Congresso Nacional dos Municípios pronuncia-se em massa no sentido de que o vergonhoso ajuste de Fernando Noronha seja submetido ao Congresso Nacional.

— CRIADO em Minas Gerais, o «Movimento Nacionalista», sob a presidência do general Olímpio Mourão Filho, com a participação de centenas de deputados federais e estaduais, vereadores, líderes do comércio,

da indústria e da lavoura, dirigentes estudantis e sindicais. Na assembléia de fundação, aprova-se a proposta de estender o «Movimento Nacionalista» a todo o país.

— INSTALA-SE solenemente em Pôrto Alegre a Frente Parlamentar Nacionalista, incluindo 24 deputados estaduais e 16 vereadores, com o apoio de dezenas de organizações operárias, estudantis e populares de todo o Rio Grande do Sul.

— PREPARA-SE no Maranhão a I Semana Nacionalista, sob o patrocínio do «Jornal do Povo» e do Parlamento-Escola da Faculdade de Direito, devendo contar com a presença de deputados federais, e do Coronel Janari Nunes, presidente da «Petrobrás».

— ORGANIZA-SE em Natal, o «Centro Nacionalista», contando com o apoio do Prefeito Djalma Maranhão e de numerosas outras personalidades do Rio Grande do Norte.

### QUE FAZER PARA DERROTAR A POLÍTICA ENTREGUISTA ?

COMÍCIOS, palestras e conferências, sessões públicas de protesto contra a entrega de Fernando de Noronha, contra o Pacto do Atlântico Sul e em defesa da Petrobrás.

ABAIXO ASSINADOS e comissões ao Governo, ao Senado, à Câmara Federal, às Assembléias Estaduais e às Câmaras de Vereadores, expressando o protesto do povo contra as investidas imperialistas.

INTENSA propaganda por meio de volantes, folhetos, artigos na imprensa, cartazes, etc., esclarecendo o povo sobre as ameaças à soberania nacional.

Apoio de massas à ação dos parlamentares e outras personalidades que tomarem posições patrióticas, e manifestações públicas de repulsa aos entreguistas e traidores.

ORGANIZAÇÃO de todos os patriotas pelas formas mais adequadas e mais amplas, para a luta em defesa da independência nacional.